

2023

42º CONGRESSO DA
ACOPESP



FEA-RP
FACULDADE DE ECONOMIA,
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DE RIBEIRÃO PRETO - USP

Convergência contábil no Brasil e próximos passos

Ricardo Rocha de Azevedo
Universidade de São Paulo
ricardo.azevedo@usp.br

Sumário

- 1 Principais marcos na evolução da contabilidade pública
- 2 Processo de Convergência no Setor Público
- 3 Ambiente normativo nacional
- 4 Avaliação e autoavaliação da contabilidade
- 5 Programa de trabalho - IPSASB
- 6 Usos da informação contábil
- 7 Outros padrões internacionais de contabilidade
- 8 Desafios e pontos de atenção

1

Principais marcos na evolução da contabilidade pública



Criação do Grupo Assessor do CFC

I - Publicação das 11 primeiras

NBC TSP (NBCASP)

NBC T 16.1 NBC T 16.7
NBC T 16.2 NBC T 16.8
NBC T 16.3 NBC T 16.9
NBC T 16.4 NBC T 16.10
NBC T 16.5 NBC T 16.11

~~SISTN Sistema de Coleta de Dados Contábeis~~



II - Documento: orientações Estratégicas da CASP

I – Manual da Receita
II – Manual da Despesa



Tradução das IPSAS para português

MCASP 2ª edição:
Divisão em capítulos
I – PCO
II – PCP
III – PCE
IV – PCASP
V – DCASP



MCASP 3ª edição



MCASP 4ª edição



MCASP 5ª edição



PCASP
TESOURO NACIONAL

IPC 00 (Plano Transição)
IPC 01 (RP)
IPC 02 (créditos tributários)
IPC 03
(Encerramento PCASP)

MCASP 6ª edição



IPC 04 (BP)
IPC 05 (DVP)
IPC 06 (BF)
IPC 07 (BO)
IPC 08 DFC

2006

2007

Port. STN nº 136, de 6 de março de 2007

2008

Portaria MF 184/2008

2009

Decreto 6.976/2009
Sistema de Contabilidade Federal

2010

Decreto 7.185/2010
Padrão Mínimo de Qualidade dos Sistemas SIAFIC

2011

PORTARIA STN nº 406/2011
• PCP – 2012
• PCE – 2012
• PCASP & DCASP U/E – 2012
• PCASP & DCASP M – 2013

2012

• PORTARIA STN nº 828/2011
• PCE – 2012
• PCP, PCASP & DCASP – pactuação em até 90 dias de cronograma de ações junto ao TC do qual é jurisdic. até 2014.

2013

2014

PRAZOS

1

Principais marcos na evolução da contabilidade pública



31

PIPCP
Plano de Implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais

NBC TSP 01
NBC TSP 02
NBC TSP 03
NBC TSP 04
NBC TSP 05
NBC TSP 06

MCASP 7ª edição



IPC 10
Consórcios

NBC TSP 06
NBC TSP 07
NBC TSP 08
NBC TSP 09
NBC TSP 10

Criação da CTCONF
CTCONF
(substituindo GTCON / GTREL)

IPC 11
Retenções

NBC TSP 11
NBC TSP 12
NBC TSP 13
NBC TSP 14
NBC TSP 15
NBC TSP 16
NBC TSP 17
NBC TSP 18
NBC TSP 19
NBC TSP 20
NBC TSP 21

MCASP 8ª edição



IPC 12 Imobiliz.
IPC 13 Dir. Credit.
IPC 14 RPPS
IPC 15 Dep. Jud.

NBC TSP 23
NBC TSP 24
NBC TSP 25
NBC TSP 26



Plano Estratégico GA-CFC 2019-2023

RANKING
da QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E FISCAL no SICONFI

NBC TSP 27
NBC TSP 28
NBC TSP 29

Decreto 10.265/2020 (CTCONF)

'Recriação' da CTCONF

CTCONF

IPC 06 BF
IPC 08 DFC (revisão)
IPC 16 Benefícios fiscais

NBC TSP 30
NBC TSP 31
NBC TSP 32
NBC TSP 33
NBC TSP 34



IPC 14 RPPS (revisão)

CTSP 01

Plano Estratégico CP-CASP 2023-2027

2015

Portaria STN nº 548/2015 (PIPCP)

2016

2017

Portaria STN nº 767, de 15 de setembro de 2017

2018

2019

2020

10.540/2020 (SIAFIC)

2021

2022

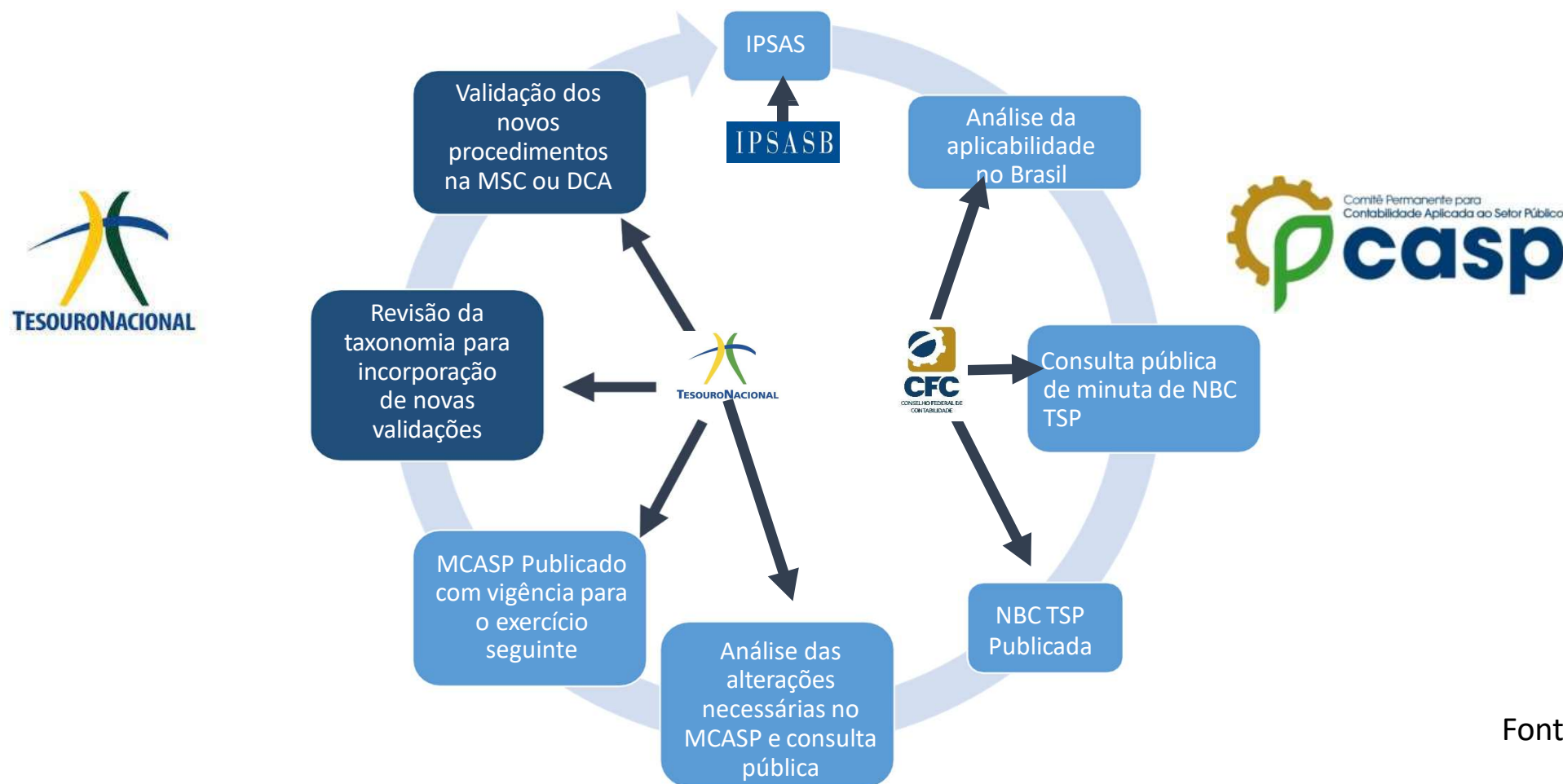
2023

11.664/2023 (SIAFIC)



2 Processo de Convergência no Setor Público no Brasil

Fluxo do processo de convergência no Brasil



Fonte: STN

Processo de Convergência no Setor Público no Brasil

Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação - CCONF

Competências:

- **Normatização**
- **Sistematização**
- **Transparência e Consolidação da Contas Públicas**
- **Orientações aos entes da Federação**
- **Capacitação e Apoio Federativo**



Processo de Convergência no Setor Público no Brasil

Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação – CTCONF/SUCON/STN

O que temos hoje?

- Ranking
- RREO e RGF em Foco
- Padronização Contábil (Fontes)
- Instrução de Procedimentos Contábeis
- Novas Edições: MCASP (9ª) e MDF (13ª)
- Orientações Técnicas (OSC)
- SECOFEM

O que está por vir?

- Manuais – Versões *On-line*
- IPC – Notas Explicativas
- PLP 295, de 2016 (Substitui a Lei 4320, de 1964) e Responsabilidade previdenciária
- SIAFIC - Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle
- SBCASP



2 Processo de Convergência no Setor Público no Brasil

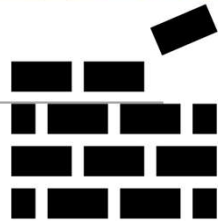
Comitê Permanente de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – CP-CASP/CFC

Competências:

- Assessorar o CFC:
 - harmonização entre os padrões normativos;
 - tradução das IPSAS para a língua portuguesa; e
 - análise da aplicabilidade das normas internacionais à realidade dos entes públicos brasileiros.



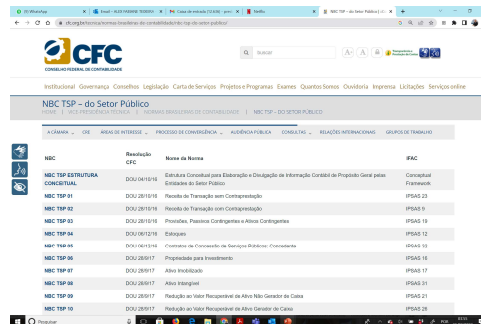
Processo de Convergência no Setor Público no Brasil



Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – CP CASP/CFC

O que temos hoje?

- Estrutura Conceitual + 34 normas publicadas + Custos (16.11)
- Normas vigentes em 2023: 35
- Comunicado Técnico – CTSP 01 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes)



NBC	Resolução CFC	Nome da Norma	IFAC
NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	DOU 04/10/14	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil de Propósito Geral para Entidades do Setor Público	Conceitual
NBC TSP 01	DOU 28/10/18	Revisão de Transição sem Contingência	IPSAS 23
NBC TSP 02	DOU 28/10/18	Revisão de Transição sem Contingência	IPSAS 9
NBC TSP 03	DOU 28/10/18	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19
NBC TSP 04	DOU 28/10/18	Estoque	IPSAS 12
NBC TSP 05	DOU 04/11/18	Contas de Contabilidade de Transição Relativas a Contingências	IPSAS 19
NBC TSP 06	DOU 28/01/17	Propriedade para Investimento	IPSAS 16
NBC TSP 07	DOU 28/01/17	Ativo Imobilizado	IPSAS 17
NBC TSP 08	DOU 28/01/17	Ativo Intangível	IPSAS 31
NBC TSP 09	DOU 28/01/17	Revisão de Valor Residual de Ativo Não Corrente de Custo	IPSAS 21
NBC TSP 10	DOU 28/01/17	Revisão de Valor Residual de Ativo Corrente de Custo	IPSAS 21

<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>

O que está por vir?

- Processo de revisão das normas já emitidas.
- Manifestação - Exposure Draft (ED)
- Emissão de novos comunicados técnicos (Ex.: Evidenciação Notas Explicativas – em elaboração)
- Convergência das novas IPSAS:
 - 43 - Arrendamentos;
 - 44 - Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas;
 - 45 - Propriedade, planta e equipamento;
 - 46 – Mensuração
 - 47 - Receita; e
 - 48 - Despesas de transferência;
- Livro – NBCTSP explicadas (CP-CASP)

2 Processo de Convergência no Setor Público no Brasil

Como contribuir / participar?

Site: <https://cfc.org.br/cp-casp>

1 Audiências públicas

Normas

Normas em vigor

Audiências Públicas Abertas

Audiências Públicas Encerradas

◦ CTSP 01 - Provisões e Passivos Contingentes

Audiência iniciada em 21 de dezembro 2022 e encerrada em 20 de janeiro de 2023

Link: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/ctsp01>

1

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, CTSP 01, DE XX DE XXX DE 2023

1

2

Orienta os profissionais da contabilidade que atuam nas entidades públicas quanto ao reconhecimento, à mensuração e à evidência das provisões, e às divulgações exigidas de passivos contingentes, de acordo com a NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

0

3

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei nº 9.295/1946, alterado pela Lei nº 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário o seguinte Comunicado Técnico (CT):

0

4

CTSP 01 - PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

0

SUMÁRIO	Item
OBJETIVO	1 - 2
INTRODUÇÃO	3
PROCEDIMENTOS PARA O RECONHECIMENTO	4 - 10
VIGÊNCIA	11
APÊNDICE 1 - EXEMPLOS	
APÊNDICE 2 - TABELAS E ÁRVORE DE DECISÃO	

5

OBJETIVO

0

6

1. Este Comunicado Técnico tem por objetivo orientar os profissionais da contabilidade que atuam nas entidades públicas quanto ao reconhecimento, à mensuração e à evidência das provisões, e às divulgações exigidas de passivos contingentes, de acordo com a NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

1

7

2. Exemplos, tabelas e árvore de decisão apresentados neste Comunicado Técnico acompanham a IPSAS 19 (convergida para a NBC TSP 03), com adaptações de modo a orientar a aplicação da Norma para as entidades do setor público.

0

Processo de Convergência no Setor Público no Brasil

Como contribuir / participar?

Site: <https://cfc.org.br/cp-casp>

2 Acompanhamento do CP-CASP

- Transparência das reuniões (atas disponíveis)
- Projeto: CP CASP vai até você
- Participação direta nas reuniões do CP-CASP (sede do CFC)

Atas das Reuniões

2017

- GA_TSP_Atta 11ª Ordinária_07_e_08_fevereiro_2017
- GA_TSP_Atta 12ª Ordinária_21_e_22_março_2017
- GA_TSP_Atta 13ª Ordinária_29_a_31_maio_2017
- GA_TSP_Atta 14ª Ordinária_13_e_14_junho_2017
- GA_TSP_Atta 15ª Ordinária_22_e_23_agosto_2017
- GA_TSP_Atta 16ª Ordinária_05_e_06_outubro_2017
- GA_TSP_Atta 17ª Ordinária_28_e_29_novembro_2017
- GA_TSP_Atta 18ª Ordinária_12_e_13_dezembro_2017

2018

- GA_TSP_Atta 19ª Ordinária_06_e_07_fevereiro_2018
- GA_TSP_Atta 20ª Ordinária_13_e_14_março_2018
- GA_TSP_Atta 21ª Ordinária_10_e_11_abril_2018
- GA_TSP_Atta 22ª Ordinária_15_e_16_maio_2018
- GA_TSP_Atta 23ª Ordinária_15_e_16_maio_2018
- GA_TSP_Atta 24ª Ordinária_07_e_08_julho_2018
- GA_TSP_Atta 25ª Ordinária_04_e_05_setembro_2018
- GA_TSP_Atta 26ª Ordinária_03_e_04_de_outubro_de_2018
- GA_TSP_Atta 27ª Ordinária_27_a_29_de_novembro_de_2018

Ambiente normativo nacional

Discussão sobre o ambiente normativo. Cada instrumento tem um papel específico de normatização / orientação.



a) **NBCTSP** - Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público



b) **CTSP** – Comunicados Técnicos aplicados ao Setor Público



c) **IPC** – Instruções de Procedimentos Contábeis



d) **MCASP** – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público



e) **MDF** – Manual de Demonstrativos Fiscais

[RESOLUÇÃO CFC N.º 1.328/11](#) - Dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade

3 Ambiente normativo nacional

Relação IPSAS X NBCTSP

IPSAS	Title - IPSAS original	Título - convergido	Effective Da	NBC TSP	DOU
CF	Conceptual Framework	Estrutura conceitual	2017	NBC TSP - EC	DOU 04/10/16
CF	Updated Conceptual Framework	Estrutura conceitual - atualizada		Not Converged	--
IPSAS 23	Revenue from Non-Exchange Transactions (Taxes and Transfers)	Receita de Transação sem Contraprestação	2017	NBC TSP 01	DOU 28/10/16
IPSAS 9	Revenue from Exchange Transactions	Receita de Transação com Contraprestação	2017	NBC TSP 02	DOU 28/10/16
IPSAS 19	Provisions, Contingent Liabilities, Contingent Assets	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	2017	NBC TSP 03	DOU 28/10/16
IPSAS 12	Inventories	Estoques	2017	NBC TSP 04	DOU 06/12/16
IPSAS 32	Service Concession Arrangements: Grantor	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	2017	NBC TSP 05	DOU 06/12/16
IPSAS 16	Investment Property	Propriedade para Investimento	2019	NBC TSP 06	DOU 28/9/17
IPSAS 17	Property, Plant and Equipment	Ativo Imobilizado	2019	NBC TSP 07	DOU 28/9/17
IPSAS 31	Intangible Assets	Ativo Intangível	2019	NBC TSP 08	DOU 28/9/17
IPSAS 21	Impairment of Noncash-generating Assets	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	2019	NBC TSP 09	DOU 28/9/17
IPSAS 26	Impairment of Cash-Generating Assets	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	2019	NBC TSP 10	DOU 28/9/17
IPSAS 1	Presentation of Financial Statements	Apresentação das Demonstrações Contábeis	2019	NBC TSP 11	DOU 31/10/18
IPSAS 2	Cash Flow Statements	Demonstração dos Fluxos de Caixa	2019	NBC TSP 12	DOU 31/10/18
IPSAS 24	Presentation of Budget Information in Financial Statements	Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações C	2019	NBC TSP 13	DOU 31/10/18
IPSAS 5	Borrowing Costs	Custos de Empréstimos	2019	NBC TSP 14	DOU 31/10/18
IPSAS 39	Employee Benefits	Benefícios a Empregados	2019	NBC TSP 15	DOU 31/10/18
IPSAS 34	Separate Financial Statements	Demonstrações Contábeis Separadas	2021	NBC TSP 16	DOU 31/10/18
IPSAS 35	Consolidated Financial Statements	Demonstrações Contábeis Consolidadas	2021	NBC TSP 17	DOU 31/10/18
IPSAS 36	Investments in Associates and Joint Ventures	Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em	2021	NBC TSP 18	DOU 31/10/18
IPSAS 37	Joint Arrangements	Acordos em Conjunto	2021	NBC TSP 19	DOU 31/10/18
IPSAS 38	Disclosure of Interests in Other Entities	Divulgação de Participações em Outras Entidades	2021	NBC TSP 20	DOU 31/10/18
IPSAS 40	Public Sector Combinations	Combinações No Setor Público	2021	NBC TSP 21	DOU 31/10/18
IPSAS 20	Related Party Disclosures	Divulgação sobre Partes Relacionadas	2021	NBC TSP 22	DOU 28/11/19
IPSAS 3	Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	2021	NBC TSP 23	DOU 28/11/19
IPSAS 4	The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demo	2021	NBC TSP 24	DOU 28/11/19
IPSAS 14	Events after the Reporting Date	Evento Subsequente	2021	NBC TSP 25	DOU 28/11/19
IPSAS 27	Agriculture	Ativo Biológico e Produto Agrícola	2021	NBC TSP 26	DOU 26/11/19
IPSAS 18	Segment Reporting	Informações por Segmento	2022	NBC TSP 27	DOU 04/11/20
IPSAS 22	Disclosure of Financial Information about the General Government	Divulgação de informação Financeira do Setor Governo Geral.	2022	NBC TSP 28	DOU 04/11/20
IPSAS 42	Social Benefits	Benefícios Sociais	2024	NBC TSP 29	DOU 04/11/20
IPSAS 28	Financial Instruments: Presentation	Instrumentos Financeiros: Apresentação	2024	NBC TSP 30	DOU 10/12/21
IPSAS 41	Financial Instruments	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	2024	NBC TSP 31	DOU 10/12/21
IPSAS 29	Financial Instruments: Recognition and Measurement	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Conta	2024	NBC TSP 32	DOU 10/12/21
IPSAS 30	Financial Instruments: Disclosures	Instrumentos Financeiros: Divulgações	2024	NBC TSP 33	DOU 10/12/21
IPSAS 10	Financial Reporting in Hyperinflationary Economies	--		Not Converged	
IPSAS 11	Construction Contracts	--		Not Converged	
IPSAS 13	Leases	--		Not Converged	
IPSAS 33	First-time Adoption of Accrual Basis IPSAS	--		Not Converged	
IPSAS 43	Leases	--		Em discussão	
IPSAS 44	Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations	--		Em discussão	
IPSAS 45	Property, Plant and Equipment	--		Em discussão	
IPSAS 46	Measurement	--		Em discussão	
IPSAS 47	Revenue	--		Em discussão	
IPSAS 48	Transfer Expenses	--		Em discussão	

Em
convergência

3 Ambiente normativo nacional

IPCS – INSTRUÇÕES DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

IPCs já publicadas até o momento:

- IPC 00 - Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade
- IPC 01 - Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar
- IPC 02 - Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência
- IPC 03 - Encerramento de Contas Contábeis no PCASP (atualizado em outubro 2017)
- IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial (atualizado em junho 2015)
- IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais
- IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro (nova versão aprovada em out/2023 – CTCNF)
- IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário (atualizado em junho 2015)
- IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa
- ~~IPC 09 – Contabilização dos Ganhos e Perdas do RPPS (revogada pela IPC 14)~~
- IPC 10 - Contabilização de Consórcios Públicos
- IPC 11 - Contabilização de Retenções (Em discussão para atualização – CTCNF)
- IPC 12 - Contabilização de Cessão de Bens Móveis e Imóveis
- IPC 13 - Contabilização da Cessão de Direitos Creditórios
- IPC 14 - Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS (atualizada em 2022)
- IPC 15 - Depósitos Judiciais e Extrajudiciais
- IPC 16 – Benefícios fiscais



<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/instrucoes-de-pronunciamentos-contabeis-ipcs>

3 Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	União ⁽¹⁾	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)
	DF e Estados	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	União	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)
	DF e Estados	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos <u>demais créditos a receber</u>, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	União	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)
	DF e Estados	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da <u>Dívida Ativa, tributária e não-tributária</u>, e respectivo ajuste para perdas ⁽²⁾	União	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)
	DF e Estados	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das <u>provisões por competência</u> ⁽¹⁾	União ⁽²⁾	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)
	DF e Estados	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
6. Evidenciação de <u>ativos e passivos contingentes</u> em contas de controle e em notas explicativas.	União ⁽²⁾	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)
	DF e Estados	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

3 Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	União ⁽¹⁾	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016) ⁽²⁾
	DF e Estados	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	União	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
	DF e Estados	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)
	Municípios <u>acima</u> de 50 mil habitantes	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	31/12/2023	01/01/2024	2025 (Dados de 2024)

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

3 Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	União	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
	DF e Estados	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)
	Municípios <u>acima</u> de 50 mil habitantes	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	31/12/2023	01/01/2024	2025 (Dados de 2024)

Obs. PORTARIA Nº 10.300, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022 – Suspensão do prazo de implantação do procedimento contábil patrimonial de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural.

Site: <https://portal.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-10.300-de-1-de-dezembro-de-2022-448010014>

3 Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de <u>empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.</u>	União	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)
	DF e Estados	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de <u>benefícios a empregados</u> (ex.: 13º salário, férias, etc.).	União	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)
	DF e Estados	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da <u>provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.</u>	União ⁽¹⁾	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)
	DF e Estados ⁽²⁾	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes ⁽²⁾	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes ⁽²⁾	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

3 Ambiente normativo nacional

Cronograma atual – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das <u>obrigações com fornecedores</u> por competência.	União	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)
	DF e Estados	31/12/2015	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes	31/12/2015	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes	31/12/2015	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das <u>demaís obrigações por</u> competência.	União	A ser definido em ato normativo específico.		
	DF e Estados			
	Municípios com <u>mais</u> de 50 mil habitantes			
	Municípios com <u>até</u> 50 mil habitantes			

Site: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-pipcp>

3 Ambiente normativo nacional

Cronograma **atualizado** – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

Inclusão das Normas já convergidas no PIPCP

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
20. Reconhecimento, mensuração e evidência dos benefícios sociais	União	31/12/2025	01/01/2026	2027 (dados de 2026)
	Estados/DF	31/12/2025	01/01/2026	2027 (dados de 2026)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2025	01/01/2026	2027 (dados de 2026)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2026	01/01/2027	2028 (dados de 2027)
21. Reconhecimento, mensuração e evidência dos instrumentos financeiros	União	31/12/2025	01/01/2026	2027 (dados de 2026)
	Estados/DF	31/12/2025	01/01/2026	2027 (dados de 2026)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2025	01/01/2026	2027 (dados de 2026)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2026	01/01/2027	2028 (dados de 2027)

Site: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:21262

35ª CTCONF/2023

3 Ambiente normativo nacional

Cronograma **atualizado** – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

Inclusão no PIPCP das normas ainda não convergidas

PCP (de acordo com as regras das NBC TSPe do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação desistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
22. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Arrendamentos	União	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
	Estados/DF	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2028	01/01/2029	2030 (dados de 2029)
23. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas	União	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
	Estados/DF	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2028	01/01/2029	2030 (dados de 2029)

3 Ambiente normativo nacional

Cronograma **atualizado** – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

Inclusão no PIPCP das normas ainda não convergidas

PCP (de acordo com as regras das NBC TSPe do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação desistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
24. NBCT SP 07 (R1) - Ativo Imobilizado Propriedade, Planta e Equipamento	União	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
	Estados/DF	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2028	01/01/2029	2030 (dados de 2029)
25. NBCT SP Estrutura Conceitual (R1)	União	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)
	Estados/DF	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2030	01/01/2031	2032 (dados de 2031)

3

Ambiente normativo nacional

Cronograma **atualizado** – PIPCP (Plano de Implant. dos Procedimentos Patrimoniais)

Inclusão no PIPCP das normas ainda não convergidas

PCP (de acordo com as regras das NBC TSPe do MCASP vigentes)	Entes da Federação	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
26. Reconhecimento, mensuração e evidência Receita	União	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)
	Estados/DF	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2030	01/01/2031	2032 (dados de 2031)
27. Despesas de Transferência	União	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)
	Estados/DF	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2030	01/01/2031	2032 (dados de 2031)

Avaliação e autoavaliação da contabilidade

Public Sector Accounting Assessment

PULSE Framework

O que é o PULSE?

- Trata-se de uma **metodologia de avaliação** da contabilidade aplicada ao setor público (PSA)
- Originalmente construído como um *framework* de autoavaliação pelos governos (países, órgãos)
- Possui forte processo de asseguarção de qualidade (mecanismos de governança com papéis definidos)



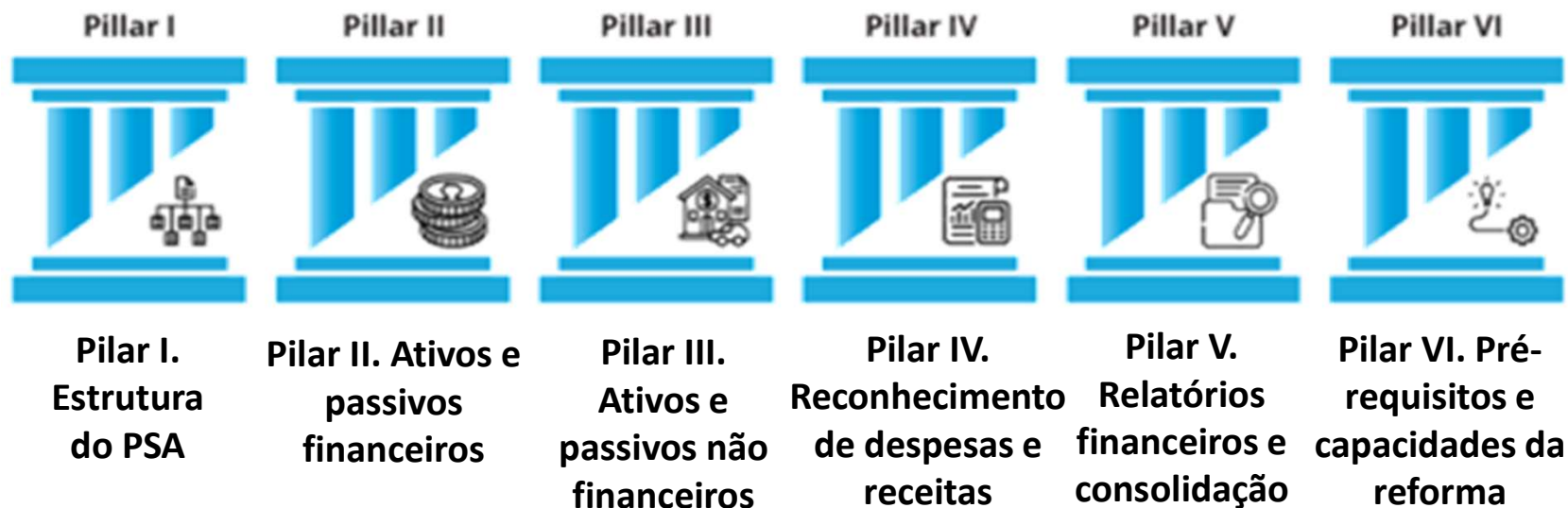
<https://cfrr.worldbank.org/publications/public-sector-accounting-assessment-pulse-framework-handbook>

Avaliação e autoavaliação da contabilidade

Public Sector Accounting Assessment

PULSE Framework

Dimensões



29 indicadores

105 dimensões

Avaliação e autoavaliação da contabilidade

Public Sector Accounting Assessment

PULSE Framework

Exemplo:



Pilar III. Ativos e passivos não financeiros

IPSAS 12 “Estoques”

PI-8: Estoques

Pontuação		
Conceitual	Atual	Requisitos
A	A	Os estoques são mensurados pelo valor mais baixo entre o custo (ou valor justo) ou valor realizável líquido (ou custo de reposição atual), sendo que o custo é definido como o preço de compra mais ou menos todos os elementos do custo. A fórmula de custo é FIFO ou média ponderada.
B	B	Os estoques são mensurados pelo valor mais baixo entre o custo (ou valor justo) ou valor realizável líquido, sendo que o custo é definido como o preço de compra mais ou menos pelo menos três elementos do custo. A fórmula de custo é FIFO ou média ponderada.
C	C	Os estoques são mensurados pelo seu custo. O custo é definido como o preço de compra mais ou menos pelo menos dois elementos do custo.
D	D	O desempenho é inferior ao necessário para obter uma pontuação C.

- **A: Full compliance with IPSAS**
- B: High degree of compliance
- **C: Basic level of performance on accrual basis**
- D: Less than C requirements

Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal Estadual no Siconfi

O Ranking da qualidade da informação contábil e fiscal é uma iniciativa da Secretaria do Tesouro Nacional que foi criada para avaliar a consistência da informação que o Tesouro recebe por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi – e, consequentemente, disponibiliza para acesso público.

A intenção deste trabalho é fomentar a melhoria da qualidade da informação utilizada tanto pelo Tesouro Nacional quanto pelos diversos usuários dessa informação.

Esta primeira versão do ranking foi baseada nos dados de 2018 e utilizou verificações simples, como a verificação da igualdade de valores entre relatórios diferentes. Para os próximos anos, serão inseridas verificações mais complexas e que terão mais peso no ranqueamento.

As bases de dados foram extraídas do Siconfi no dia 11/12/2019, considerando as declarações homologadas até dia 10/12/2019.

O ranking é dividido em quatro dimensões de avaliação: gestão da informação (D_I), contábil (D_II), fiscal (D_III) e contábil x fiscal (D_IV). Para a versão de 2018, não foram aplicadas verificações da D_I (gestão da informação) que verifica o comportamento dos entes no envio das informações.

Para o ranking referente ao exercício de 2019, serão acrescentadas verificações da dimensão de gestão da informação (D_I), bem como, a inserção da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) no rol de origens de informação.

<https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/estados>

<https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/municipios>

Avaliação e autoavaliação da contabilidade

		Pontos	%	ICF	Dim - I		Dim - II		Dim - III		Dim - IV	
1	GO	132.29	99.5%	Aicf	32.5	97.8%	57.0	100.0%	15.0	100.0%	28.0	100.0%
2	RO	130.61	98.2%	Aicf	30.6	92.8%	57.0	100.0%	15.0	100.0%	28.0	100.0%
3	ES	130.07	97.8%	Aicf	31.1	94.2%	56.0	98.2%	15.0	100.0%	28.0	100.0%
4	SC	129.78	97.6%	Aicf	30.8	93.5%	56.0	98.2%	15.0	100.0%	28.0	100.0%
5	TO	129.68	97.5%	Aicf	30.7	93.0%	56.0	98.2%	15.0	100.0%	28.0	100.0%
6	PE	129.16	97.1%	Aicf	31.2	94.4%	55.0	96.5%	15.0	100.0%	28.0	100.0%
7	PR	127.79	96.1%	Aicf	30.8	93.5%	54.0	94.7%	15.0	100.0%	28.0	100.0%
8	PI	127.09	95.6%	Aicf	31.1	94.2%	54.0	94.7%	14.0	93.3%	28.0	100.0%
9	MS	126.84	95.4%	Aicf	31.8	96.5%	54.0	94.7%	15.0	100.0%	26.0	92.9%
10	SE	126.52	95.1%	Aicf	32.5	98.5%	55.0	96.5%	12.0	80.0%	27.0	96.4%
11	AM	126.45	95.1%	Aicf	31.5	95.3%	56.0	98.2%	15.0	100.0%	24.0	85.7%
12	DF	126.41	95.0%	Aicf	28.4	86.1%	55.0	96.5%	15.0	100.0%	28.0	100.0%
13	MT	125.11	94.1%	Bicf	29.1	88.2%	57.0	100.0%	13.0	86.7%	26.0	92.9%
14	RJ	123.88	93.1%	Bicf	28.9	87.5%	55.0	96.5%	15.0	100.0%	25.0	89.3%
15	RN	123.76	93.1%	Bicf	29.8	90.2%	55.0	96.5%	12.0	80.0%	27.0	96.4%
16	MG	123.13	92.6%	Bicf	31.1	94.3%	54.0	94.7%	13.0	86.7%	25.0	89.3%
17	BA	122.71	92.3%	Bicf	31.7	96.1%	55.0	96.5%	10.0	66.7%	26.0	92.9%
18	AC	122.10	91.8%	Bicf	31.1	94.2%	53.0	93.0%	11.0	73.3%	27.0	96.4%
19	PB	120.76	90.8%	Bicf	32.8	99.3%	52.0	91.2%	13.0	86.7%	25.0	82.1%
20	RS	120.55	90.6%	Bicf	30.6	92.6%	51.0	89.5%	15.0	100.0%	24.0	85.7%
21	AL	119.44	89.8%	Bicf	29.4	89.2%	55.0	96.5%	13.0	86.7%	22.0	78.6%
22	PA	117.89	88.6%	Bicf	30.9	93.6%	51.0	89.5%	13.0	86.7%	23.0	82.1%
23	MA	112.09	84.3%	Cicf	28.1	85.1%	52.0	91.2%	12.0	80.0%	20.0	71.4%
24	CE	111.65	83.9%	Cicf	28.6	86.8%	56.0	98.2%	11.0	73.3%	16.0	57.1%
25	AP	108.62	81.7%	Cicf	29.6	89.7%	52.0	91.2%	11.0	73.3%	16.0	57.1%
26	SP	108.35	81.5%	Cicf	30.4	92.0%	49.0	86.0%	12.0	80.0%	17.0	60.7%
27	RR	81.22	61.1%	Eicf	24.2	73.4%	40.0	70.2%	10.0	66.7%	7.0	25.0%

https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/ranking_estados

Quinta-feira, 27 de Julho de 2023, 15h52min.

Portaria cria o Prêmio "Qualidade da Informação Contábil e Fiscal"

Objetivo é fomentar a transparência e a melhoria da qualidade das informações contábeis da federação

Foi publicada hoje a [Portaria STN/MF nº 807](#) que cria o Prêmio "Qualidade da Informação Contábil e Fiscal" para os entes da Federação.

O objetivo é fomentar a transparência e a melhoria da qualidade das informações contábeis dos Estados e municípios e visa reconhecer e premiar Estados, municípios e os profissionais responsáveis pelo envio de informações contábeis consistentes e de qualidade ao Tesouro Nacional.

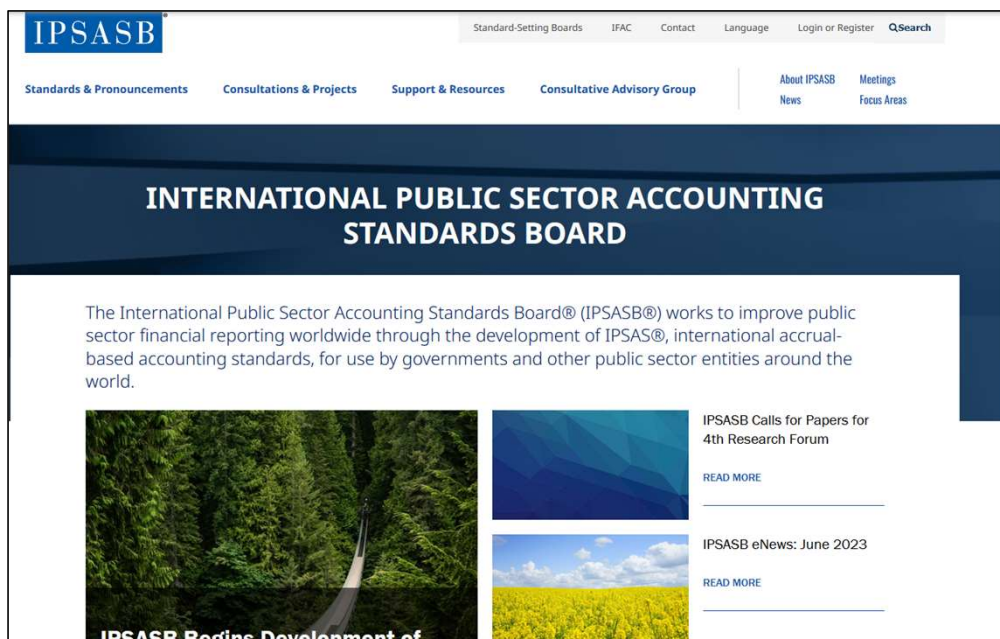
O Prêmio será baseado no [Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal](#) do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi, lançado em 2020 pelo Tesouro Nacional com o objetivo de incentivar a melhoria da qualidade e da consistência dos dados fiscais e contábeis enviados pelos entes da Federação. O Ranking atualmente conta com mais de 100 checagens automatizadas de consistência das informações inseridas por Estados e municípios no Siconfi.

Serão reconhecidos os três primeiros colocados em quatro categorias: Estados e Distrito Federal; capitais; municípios com mais de cem mil habitantes e municípios com até cem mil habitantes. Os entes premiados receberão um troféu ou placa e os profissionais de contabilidade responsáveis pelo envio das informações no Siconfi receberão certificados individuais de reconhecimento.

PORTARIA STN/MF Nº 807, DE 25 DE JULHO DE 2023

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-stn/mf-n-807-de-25-de-julho-de-2023-498835822>

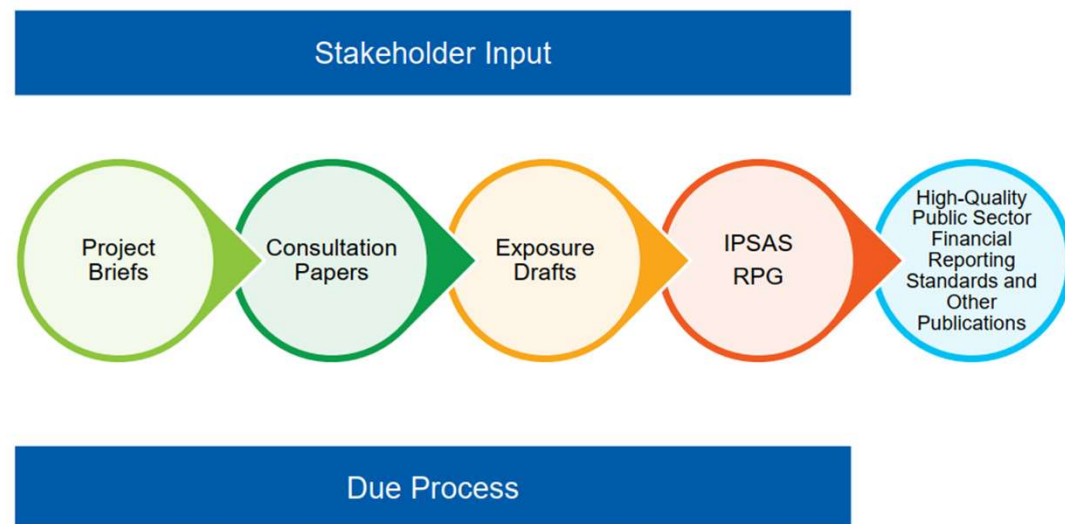
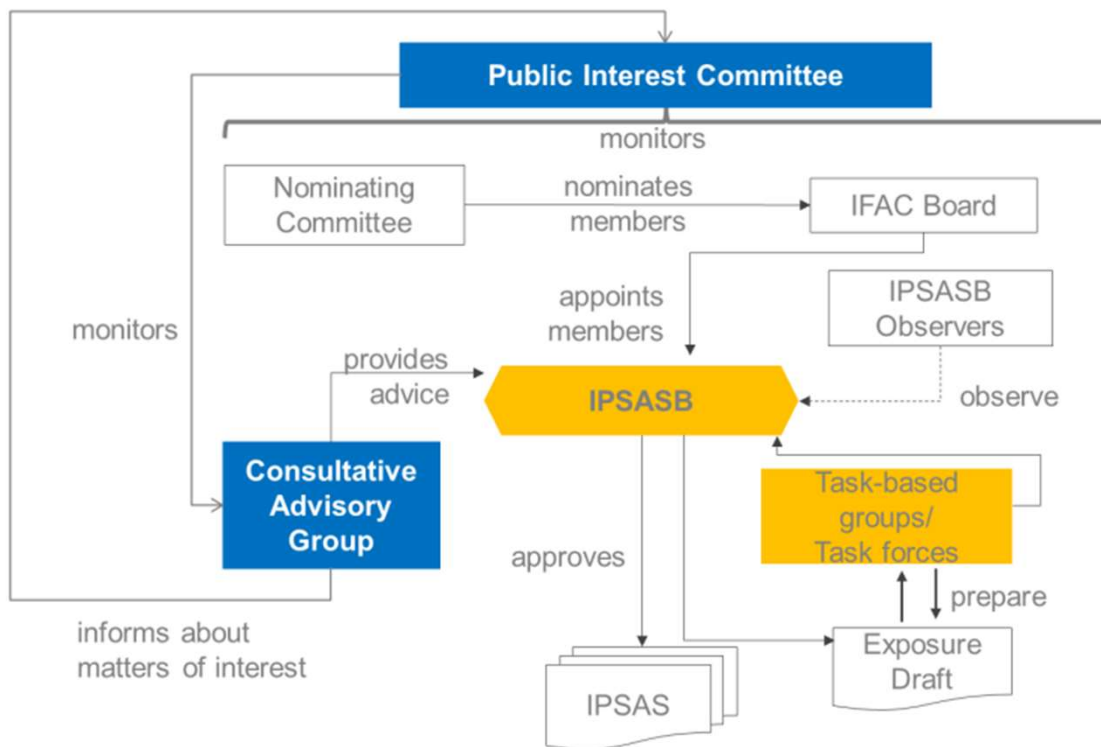
5 Programa de trabalho - IPSASB



<https://www.ipsasb.org>

- Normatizador Independente dentro da *International Federation of Accountants* (IFAC) desde 1997;
- Cria normas para entidades do setor público (*authoritative standards; non-authoritative guidances; outros como publicações do staff*)
- 17 membros (Africa-1; Asia e Australasia-5; Europa-6; Americas-5); 7 staff, com sede em Toronto, Canada;
- 10 organizações internacionais com status de observadores formais, incluindo FMI, Banco Mundial e União Européia;
- Financiamento da IFAC (50%) e contribuições voluntárias de Governos e Observadores;
- Representante do Brasil no IPSASB: [Patrícia Siqueira Varela](#) (Universidade de São Paulo) – representando o CFC; e [Ayres Moura](#) (EY) – *technical Advisor*, membros do CP-CASP

5 Programa de trabalho - IPSASB



https://www.accaglobal.com/content/dam/ACCA_Global/Technical/pubsect/ipsas-update-lindy-bodewig.pdf

<https://www.ipsasb.org/system/files/uploads/IPSASB/IPSASB-Due-Process-and-Working-Procedures-June-2016.pdf>

5

Programa de trabalho - IPSASB



IPSASB Issues Public Sector
Guidance to Report on
Sustainability Program
Information

[READ MORE](#)



5 Programa de trabalho - IPSASB

Exemplo de norma em construção pelo IPSASB

Submitted Comment Letters

1. [Samy Tamera](#) (247.13 KB) (Egypt)
MAY 17, 2022
2. [Egyptian, Ministry of Finance](#) (186.91 KB) (Egypt)
SEP 7, 2022
3. [Office of the Provincial Controller of Ontario](#) (358.87 KB) (Canada)
SEP 28, 2022
4. [Swiss Public Sector Financial Reporting Advisory Committee](#) (225.73 KB) (Switzerland)
OCT 6, 2022
5. [Contrôleur des finances du Québec](#) (186.17 KB) (Canada)
OCT 7, 2022
6. [Accountancy Europe](#) (116.43 KB) ()
OCT 8, 2022
7. [FOCAL](#) (486.06 KB) (Colombia)
OCT 9, 2022
8. [FOCAL El Salvador](#) (486.06 KB) ()
OCT 9, 2022
9. [FOCAL Peru](#) (486.06 KB) ()
OCT 9, 2022
10. [FOCAL Ecuador](#) (486.06 KB) ()
OCT 10, 2022

Language Login or Register QSearch

Description of Natural Resources

Natural resource is defined as follows:

Resource	Description
Resource	• Capable of generating economic benefits and/or service potential
Naturally Occurring	• Came into existence without actions of humankind
In Natural State	• Not subject to human intervention

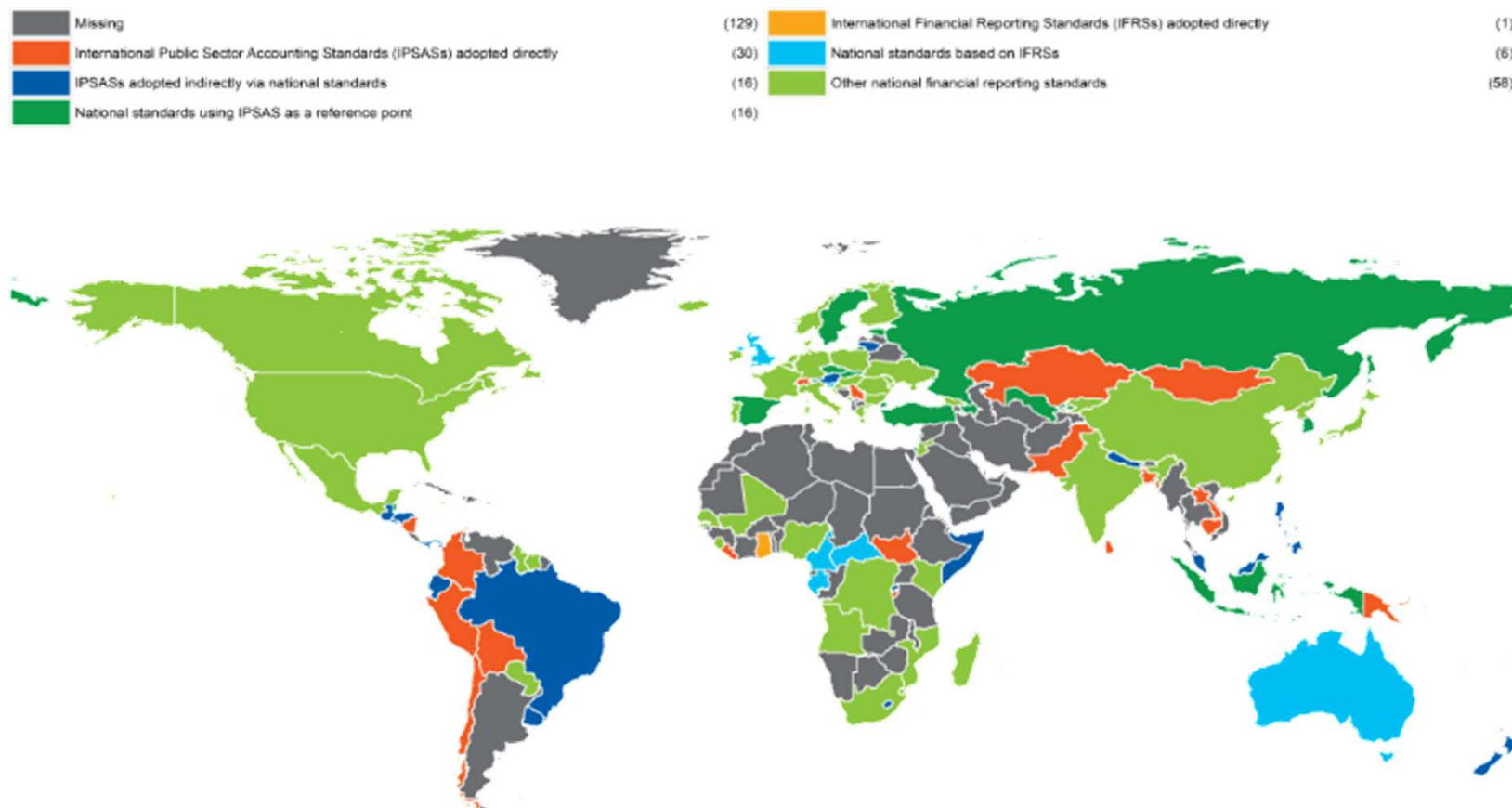
Human Intervention

Human intervention are actions which modify the quantity and/or quality of a natural resource. Specific examples of human intervention may include:

- The extraction of minerals from an ore body;
- The treatment and processing of groundwater into drinking water; and
- Harvest of trees from an uncultivated forest.

<https://www.ipsasb.org/publications/consultation-paper-natural-resources>

Programa de trabalho - IPSASB



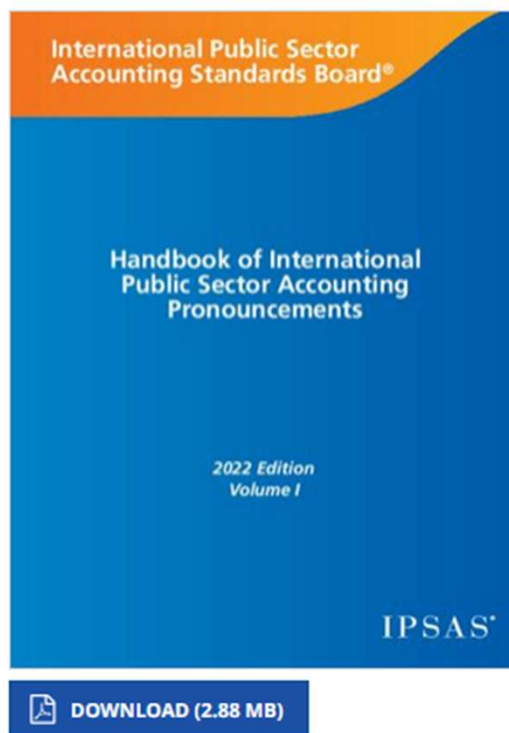
https://www.ifac.org/_flysystem/azure-private/Standards-Adoption-by-Country.pdf

Programa de trabalho - IPSASB



<https://www.ipsasb.org/publications/2022-handbook-international-public-sector-accounting-pronouncements>

5 Programa de trabalho



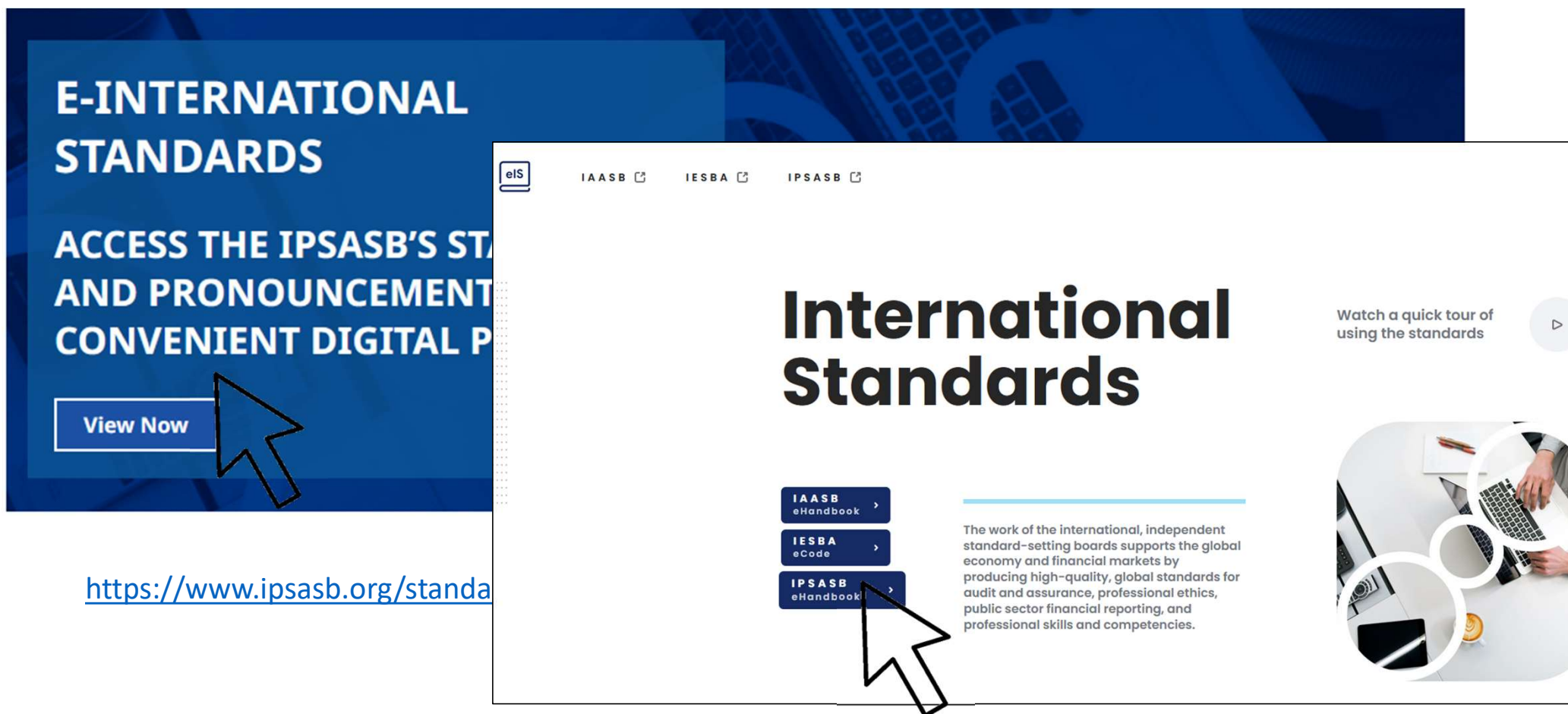
<https://www.ipsasb.org/publications/>

TABLE OF CONTENTS VOLUME I

	Page
Preface to International Public Sector Accounting Standards	11
The Conceptual Framework for General Purpose Financial Reporting by Public Sector Entities	16
IPSAS 1—Presentation of Financial Statements	100
IPSAS 2—Cash Flow Statements	143
IPSAS 3—Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors	163
IPSAS 4—The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates	184
IPSAS 5—Borrowing Costs	205
IPSAS 6—Consolidated and Separate Financial Statements	223
IPSAS 7—Investments in Associates	224
IPSAS 8—Interests in Joint Ventures	225
IPSAS 9—Revenue from Exchange Transactions	226
IPSAS 10—Financial Reporting in Hyperinflationary Economies	245
IPSAS 11—Construction Contracts	258
IPSAS 12—Inventories	277
IPSAS 13—Leases	291
IPSAS 14—Events after the Reporting Date	316
IPSAS 15—Financial Instruments: Disclosure and Presentation	329
IPSAS 16—Investment Property	330
IPSAS 17—Property, Plant, and Equipment	355
IPSAS 18—Segment Reporting	383
IPSAS 19—Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets	406
IPSAS 20—Related Party Disclosures	444
IPSAS 21—Impairment of Non-Cash-Generating Assets	459

5 Programa de trabalho - IPSASB

Consulta direta no IPSASB



E-INTERNATIONAL STANDARDS

ACCESS THE IPSASB'S STANDARDS AND PRONOUNCEMENTS IN A CONVENIENT DIGITAL PLATFORM

[View Now](#)

<https://www.ipsasb.org/standards>

IAASB eHandbook

IESBA eCode

IPSASB eHandbook

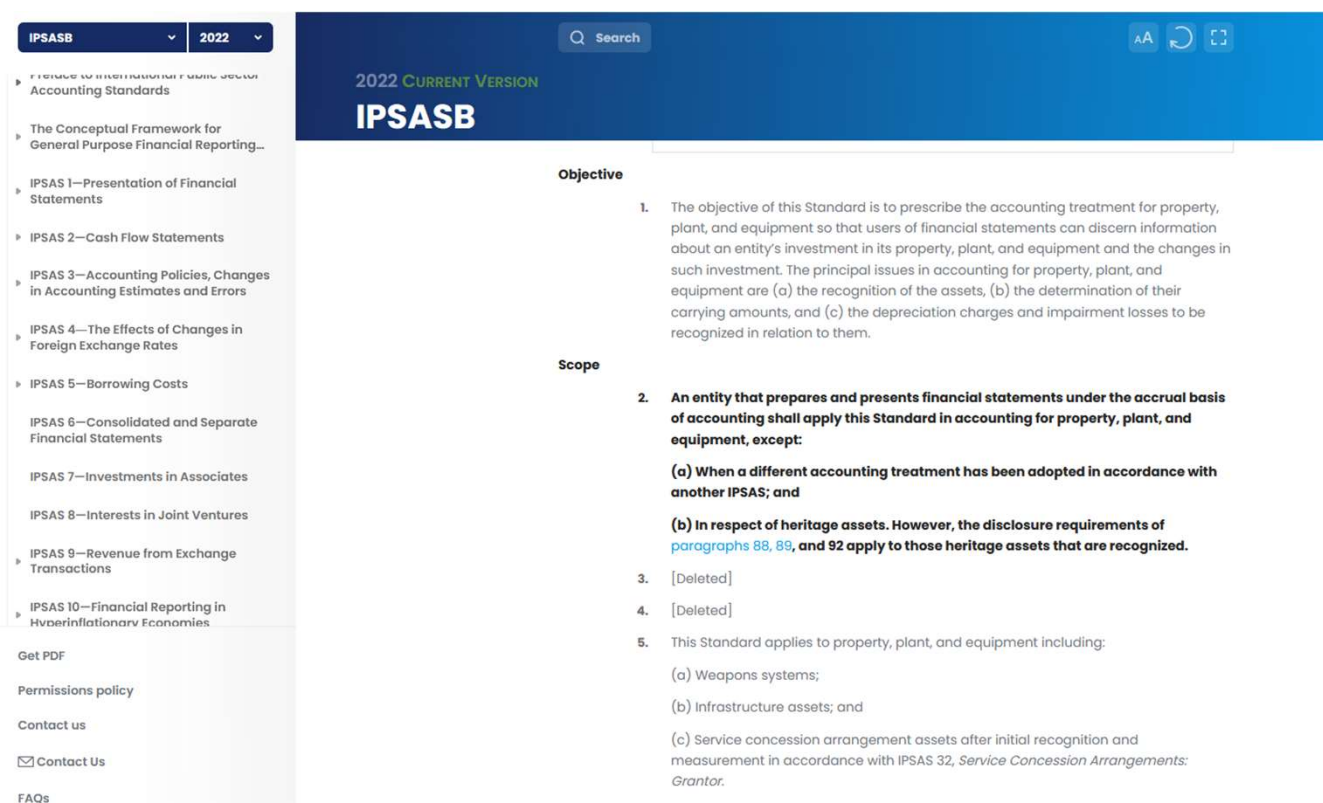
International Standards

Watch a quick tour of using the standards

The work of the international, independent standard-setting boards supports the global economy and financial markets by producing high-quality, global standards for audit and assurance, professional ethics, public sector financial reporting, and professional skills and competencies.

Consulta direta no IPSASB

Navegar
entre as
IPSAS



The screenshot displays the IPSASB website for the 2022 Current Version. The left sidebar contains a navigation menu with the following items:

- IPSASB
- 2022
- INTRODUCTION TO INFRASTRUCTURE PUBLIC SECTOR Accounting Standards
- The Conceptual Framework for General Purpose Financial Reporting...
- IPSAS 1—Presentation of Financial Statements
- IPSAS 2—Cash Flow Statements
- IPSAS 3—Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors
- IPSAS 4—The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates
- IPSAS 5—Borrowing Costs
- IPSAS 6—Consolidated and Separate Financial Statements
- IPSAS 7—Investments in Associates
- IPSAS 8—Interests in Joint Ventures
- IPSAS 9—Revenue from Exchange Transactions
- IPSAS 10—Financial Reporting in Hyperinflationary Economies
- Get PDF
- Permissions policy
- Contact us
- ☒ Contact Us
- FAQs

The main content area shows the 'Objective' and 'Scope' sections of the standard. The 'Objective' section states:

1. The objective of this Standard is to prescribe the accounting treatment for property, plant, and equipment so that users of financial statements can discern information about an entity's investment in its property, plant, and equipment and the changes in such investment. The principal issues in accounting for property, plant, and equipment are (a) the recognition of the assets, (b) the determination of their carrying amounts, and (c) the depreciation charges and impairment losses to be recognized in relation to them.

The 'Scope' section states:

2. **An entity that prepares and presents financial statements under the accrual basis of accounting shall apply this Standard in accounting for property, plant, and equipment, except:**

(a) **When a different accounting treatment has been adopted in accordance with another IPSAS; and**

(b) **In respect of heritage assets. However, the disclosure requirements of paragraphs 88, 89, and 92 apply to those heritage assets that are recognized.**

3. [Deleted]

4. [Deleted]

5. This Standard applies to property, plant, and equipment including:

(a) Weapons systems;

(b) Infrastructure assets; and

(c) Service concession arrangement assets after initial recognition and measurement in accordance with IPSAS 32, *Service Concession Arrangements: Grantor*.

Navegar
dentro
de uma
norma



IPSAS 17—PROPERTY, PLANT, AND EQUIPMENT

Informações complementares:

- Bases para conclusão
- Guias de aplicação
- Exemplos ilustrativos

Basis for Conclusions

This Basis for Conclusions accompanies, but is not part of, IPSAS 17.

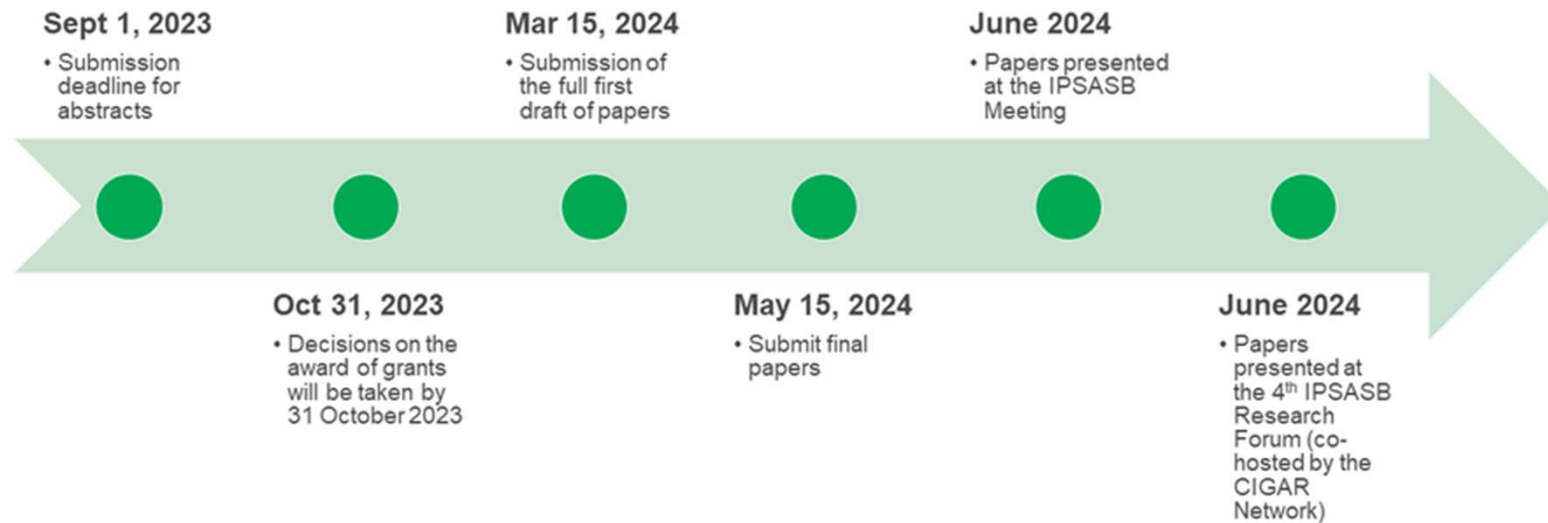
Implementation Guidance

This guidance accompanies, but is not part of, IPSAS 17.

Illustrative Example

Programa de trabalho - IPSASB

2024 Research Forum



<https://www.ipsasb.org/news-events/2023-06/ipsasb-calls-papers-4th-research-forum>

2024 Research Forum

Research Area 1: Research on Practical IPSAS Implementation Challenges

- Natural Resources
- Presentation of Financial Statements

Research Area 2: Sustainability Reporting Focused Research

- Climate Change and Public Sector Reporting Related to Sustainability
- Accounting for Biodiversity in the Public Sector

Research Area 3: Research on Adoption and Implementation of Specific IPSAS

- IPSAS 31, *Intangible Assets*
- IPSAS 33, *First-Time Adoption of Accrual Basis IPSAS*
- IPSAS 42, *Social Benefits*

IPSASB CALLS FOR PAPERS FOR 4TH RESEARCH FORUM

Research grants of USD \$2,000 available

Jun 28, 2023 | New York, New York | English

In preparation for its 4th Research Forum, which will be co-hosted by Comparative International Governmental Accounting Research Network (CIGAR) at its June 2024 conference, the IPSASB is calling for scholarly contributions from the academic community. This is an opportunity for researchers to have a significant impact on accounting standards used by governments and public sector entities across the globe.

<https://www.ipsasb.org/news-events/2023-06/ipsasb-calls-papers-4th-research-forum>

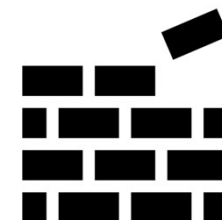
Programa de trabalho - IPSASB

IPSASB

IPSASB WORK PROGRAM

Name	Status
Measurement	Exposure Draft Feedback
Revenue	Approved
Sustainability Climate - Related Disclosures	Project Proposal
Heritage	Exposure Draft Feedback
Limited Scope Update of Conceptual Framework	Exposure Draft Feedback
Infrastructure Assets	Exposure Draft Feedback
Transfer Expenses	Approved
Measurement – Application of Current Operational Value	Exposure Draft Development
Natural Resources	Consultation Paper / Exposure Draft
Retirement Benefit Plans	Exposure Draft Feedback
Other Lease-Type Arrangements	Exposure Draft Feedback
Property, Plant, and Equipment	Exposure Draft Feedback
International Statistical Standards	Ongoing

<https://www.ipsasb.org/consultations-projects/work-plan>

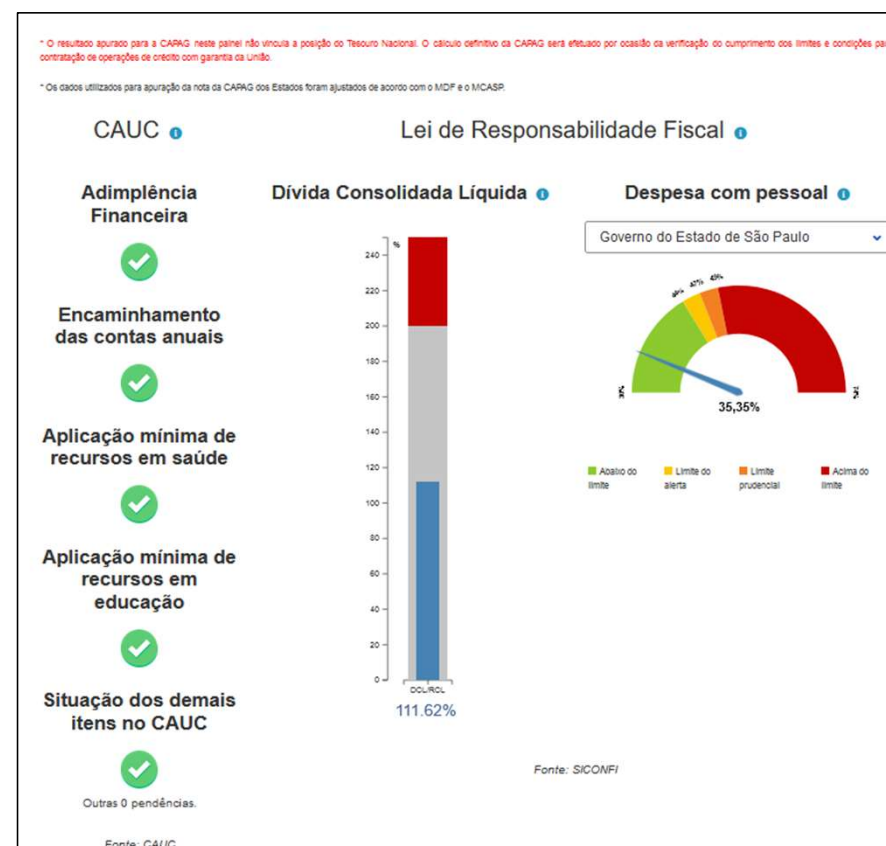


6 Usos da informação contábil

Monitoramento das contas no país

Capacidade de Pagamento (CAPAG)

Estados e Municípios



<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>

6 Usos da informação contábil

Consolidação Nacional - Balanço do Setor Público Nacional

Balanço do Setor Público Nacional (BSPN)

Histórico

Periodicidade: **Anual**

Ano: 2022 Atualizar ano

2022

Anual

 Balanço

Publicação oficial da STN que contempla a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas públicas dos entes da Federação, conforme o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, de 2010 em diante.

Para anos anteriores, acesse [Consolidação das Contas Públicas](#). Também está disponível a [série temporal](#), de 2000 a 2012.

Para acesso completo e detalhado sobre o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) referente a cada exercício (2014 em diante), [clique aqui](#).



BSPN
Balanço do Setor Público Nacional

Números de
2022

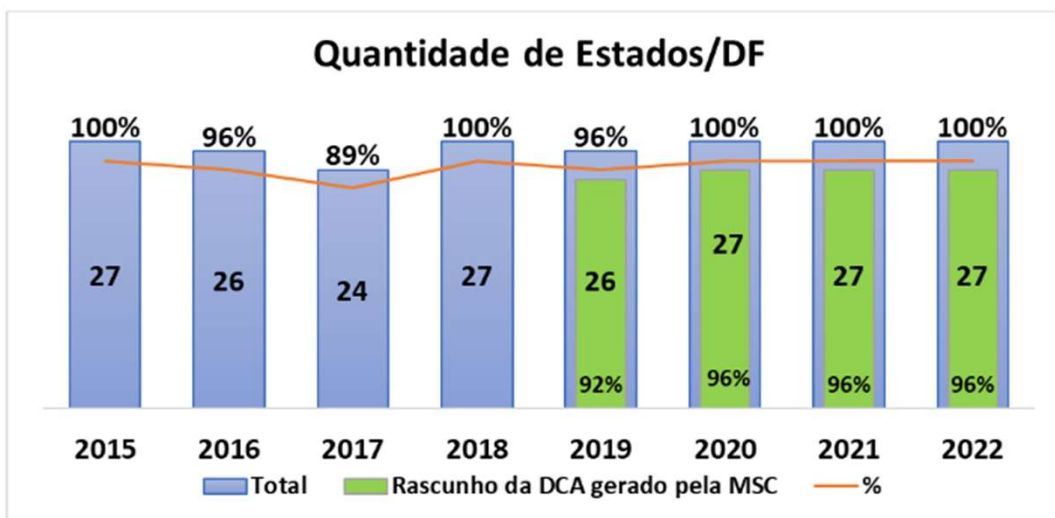
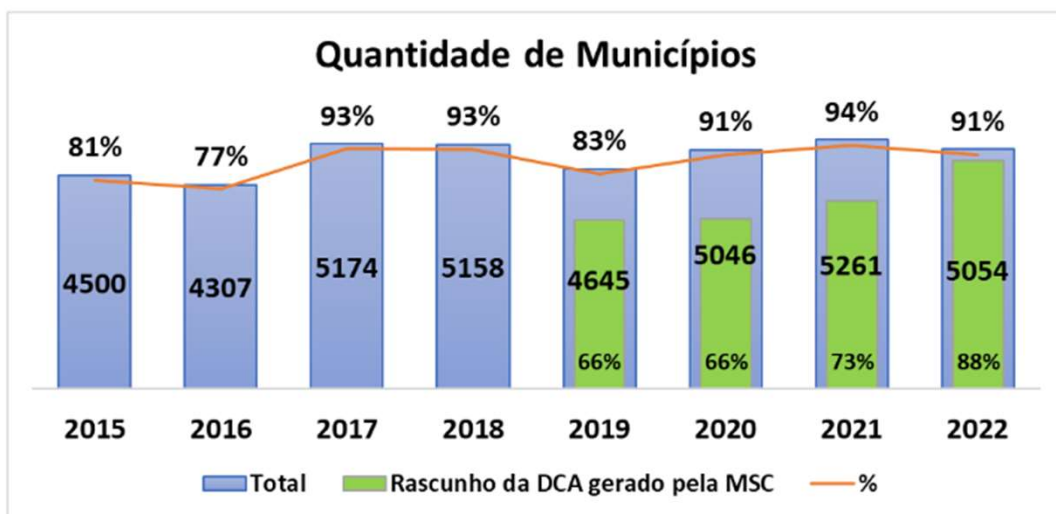
BSPN 2022

Publicado em 27/06/2023

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/balanco-do-setor-publico-nacional-bspn/2022/114>

6 Usos da informação contábil

Consolidação Nacional - Balanço do Setor Público Nacional



<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/balanco-do-setor-publico-nacional-bspn/2022/114>

Consolidação Nacional - Balanço do Setor Público Nacional

BSPN 2022								
BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONSOLIDADO NACIONAL E POR ESFERA DE GOVERNO) - VALORES COM EXCLUSÕES								
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - CONTAS DE COMPENSAÇÃO (Lei nº 4.320/1964)								
ATIVO	UNIÃO		ESTADOS		MUNICÍPIOS		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativo Circulante								
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.942.028	1.831.414	318.491	281.849	263.599	218.802	2.524.118	2.332.065
Créditos a Curto Prazo	219.219	99.634	100.761	71.377	63.637	57.081	383.617	228.092
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	30.686	101.909	93.346	73.168	36.506	34.186	160.538	209.263
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.552	2	45.706	48.378	140.973	130.881	188.231	179.261
Estoques	42.451	37.975	22.256	19.804	17.258	13.618	81.965	71.397
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	127	127	116	116	176	138	419	381
Ativo Biológico	0	0	0	0	0	0	0	0
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	177	157	4.753	4.324	155	110	5.085	4.591
Total do Ativo Circulante	2.236.240	2.071.218	585.429	499.016	522.304	454.816	3.343.973	3.025.050
Ativo Não Circulante								
Realizável a Longo Prazo	1648334	1.631.668	411657	422.150	367376	328.876	2427367	2.382.694
Créditos a Longo Prazo	1.544.892	1.540.077	370.990	393.158	352.352	318.134	2.268.234	2.251.369
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	45.514	36.510	26.137	22.766	7.323	7.844	78.974	67.120
Investimentos Temporários a Longo Prazo	57.893	55.049	10.027	3.320	7.446	2.775	75.366	61.144
Estoques	2	0	667	496	239	119	908	615
Ativo Biológico	0	0	37	0	0	0	37	0
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	33	32	3.799	2.410	16	4	3.848	2.446
Investimentos	540.316	504.991	212.803	191.336	22.428	17.116	775.547	713.443
Imobilizado	1.840.893	1.761.356	624.667	549.353	624.110	541.079	3.089.670	2.851.788
Intangível	12.785	12.392	7.483	5.606	808	624	21.076	18.622
Diferido	0	0	0	0	2	1	2	1
Total do Ativo Não Circulante	4.042.328	3.910.407	1.256.610	1.168.445	1.014.724	887.696	6.313.662	5.966.548
TOTAL DO ATIVO	6.278.568	5.981.625	1.842.039	1.667.461	1.537.028	1.342.512	9.657.635	8.991.598

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/balanco-do-setor-publico-nacional-bspn/2022/114>

Usos da informação contábil

BSPN 2022								
BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONSOLIDADO NACIONAL E POR ESFERA DE GOVERNO) - VALORES COM EXCLUSÕES								
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - CONTAS DE COMPENSAÇÃO (Lei nº 4.320/1964)								
	UNIÃO		ESTADOS		MUNICÍPIOS		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
PASSIVO								
Passivo Circulante								
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	104.178	95.180	32.284	33.929	20.878	20.485	157.340	149.594
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	1.675.394	1.697.115	17.682	39.788	4.957	4.020	1.698.033	1.740.923
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	6.966	6.405	41.133	63.180	27.360	23.742	75.459	93.327
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	9	13	363	374	127	184	499	571
Transferências Fiscais a Curto Prazo	6.248	4.896	410	320	121	69	6.779	5.285
Provisões a Curto Prazo	209.393	165.856	24.256	6.841	1.109	924	234.758	173.621
Demais Obrigações a Curto Prazo	115.010	79.350	66.780	77.664	20.815	21.678	202.605	178.692
Total do Passivo Circulante	2.117.198	2.048.815	182.908	222.096	75.367	71.102	2.375.473	2.342.013
Passivo Não Circulante								
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	18.434	7.943	43.803	38.300	48.114	42.533	110.351	88.776
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	6.433.171	5.949.370	237.835	252.364	56.543	55.764	6.727.549	6.257.498
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	386	585	41.531	38.052	19.029	18.162	60.946	56.799
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	30	34	2.063	2.067	991	1.447	3.084	3.548
Transferências Fiscais a Longo Prazo	0	0	310	364	0	23	310	387
Provisões a Longo Prazo	3.302.105	3.310.760	1.496.186	1.547.646	521.060	547.300	5.319.351	5.405.706
Demais Obrigações a Longo Prazo	27.621	94.465	53.857	53.613	14.588	14.450	96.066	162.528
Resultado Diferido	742	2	28.316	26.691	916	479	29.974	27.172
Total do Passivo Não Circulante	9.782.489	9.363.159	1.903.901	1.959.097	661.241	680.158	12.347.631	12.002.414
TOTAL DO PASSIVO	11.899.687	11.411.974	2.086.809	2.181.193	736.608	751.260	14.723.104	14.344.427
Patrimônio Líquido								
Patrimônio Social e Capital Social	4.056	4.056	37.214	26.869	52.588	55.641	93.858	86.566
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	2.532	2.051	59	77	2.591	2.128
Reservas de Capital	17	17	429	913	105	205	551	1.135
Ajustes de Avaliação Patrimonial	1	1	2.180	(1.279)	3.929	3.495	6.110	2.217
Reservas de Lucros	0	0	89	61	(77)	125	12	186
Demais Reservas	551	391	9.911	6.585	5.819	918	16.281	7.894
Resultados Acumulados	(5.624.350)	(5.433.420)	(297.125)	(548.932)	738.000	530.791	(5.183.475)	(5.451.561)
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	(1.394)	(1.394)	0	0	(3)	0	(1.397)	(1.394)
Total do Patrimônio Líquido	(5.621.119)	(5.430.349)	(244.770)	(513.732)	800.420	591.252	(5.065.469)	(5.352.829)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.278.568	5.981.625	1.842.039	1.667.461	1.537.028	1.342.512	9.657.635	8.991.598

Consolidação Nacional - Balanço do Setor Público Nacional

BSPN 2022

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONSOLIDADO NACIONAL)

		R\$ milhões	
	Nota	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	25	2.362.144	1.776.992
Contribuições	26	1.180.155	1.056.814
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	27	267.728	181.625
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	28	992.553	953.633
Transferências e Delegações Recebidas	29	71.965	129.746
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	30	420.222	535.668
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	31	1.950.404	1.578.747
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		7.245.171	6.213.225
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos	32	874.904	767.314
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	33	1.502.530	1.321.290
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	34	681.362	544.321
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	35	1.227.345	1.213.973
Transferências e Delegações Concedidas	36	132.878	161.666
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	37	969.523	589.330
Tributárias	38	10.992	9.685
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	39	7.177	6.680
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	40	1.667.201	1.620.261
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		7.073.912	6.234.520
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)		171.259	(21.295)

Transparência contábil



Tribunal de Justiça
Estado de São Paulo

A Justiça próxima
do cidadão

MELHORADO PELO Google

INSTITUCIONAL
PROCESSOS
INFORMAÇÕES
TRANSPARÊNCIA
CONTATOS

CONCURSOS
Magistrados
Servidores

ORÇAMENTO
Execução Orçamentária e Financeira
Orçamento Anual

ESTATÍSTICAS
Produtividade da 1ª e 2ª Instância
Movimento Judiciário
Estatísticas

GESTÃO
Auditoria Interna
Contratos e Licitações
Planejamento Estratégico
Planejamento Estratégico de TI
Plano de Contratações Anual
Plano de Logística Sustentável
Plano Plurianual
Processo de Remoção
Ranking da Transparência
Relatórios de Gestão Fiscal
Serviço de Informação ao Cidadão

RESOLUÇÕES CNJ
Resolução nº 102/09
Resolução nº 195/14
Resolução nº 215/15
Resolução nº 219/16
Resolução nº 227/16
Atividades de Docência de Magistrados
Vencimentos Magistrados e Servidores

PROJETOS E PROGRAMAS
Programa ApadrinhArte
Direito da Saúde / NAT-jus
Programa de Estágio TJSP
Empresa Amiga da Justiça
Município Amigo da Justiça
Serviço Voluntário
Grupo de Pesquisas Judiciárias
Laboratório de Inovação

ver mais

Consulta de Processos

Digite o número do processo

+

Consulta Processual Avançada

VEC Processos Físicos Avançada

Reflexão sobre o uso:

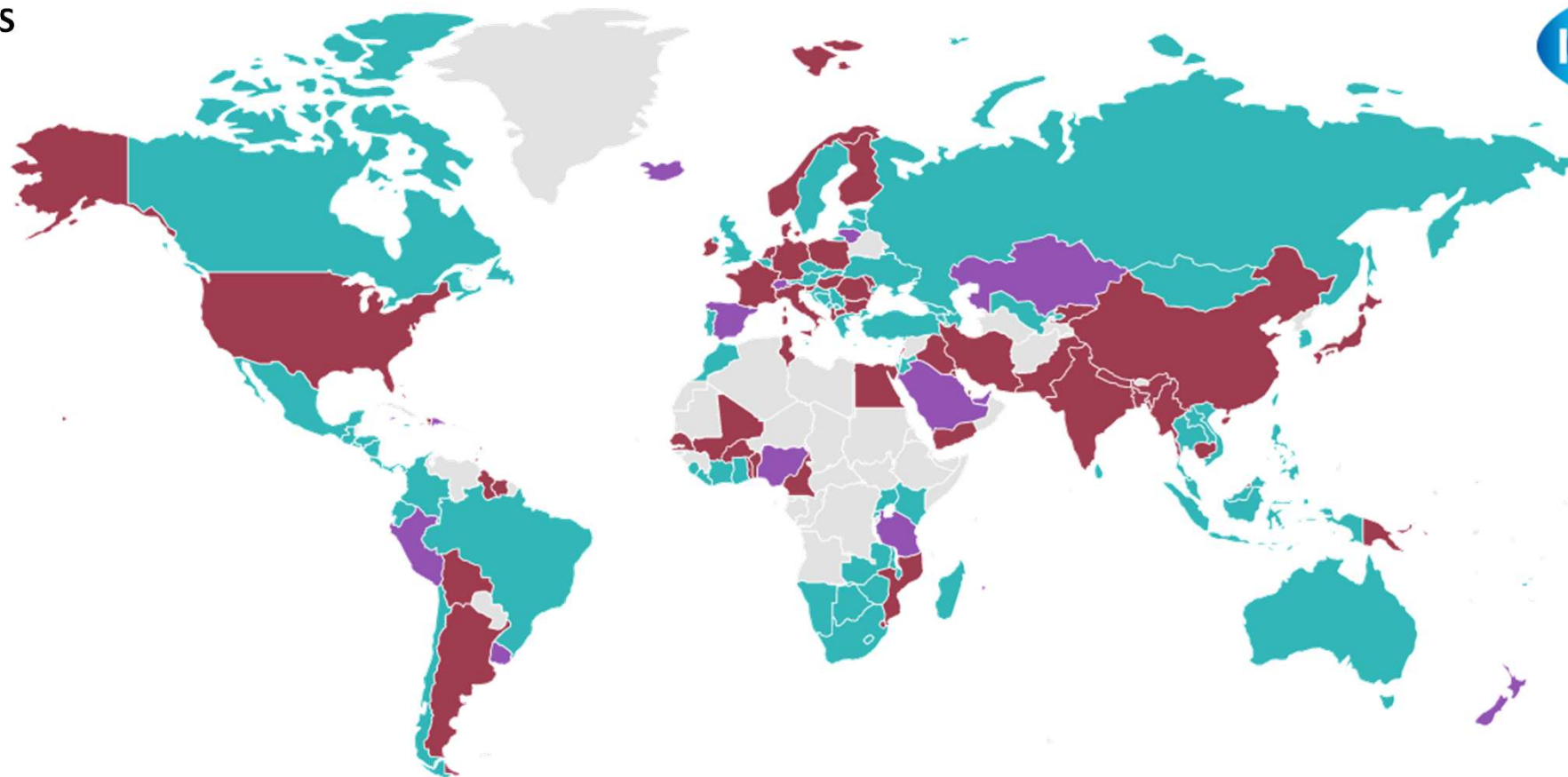
Quais são os “usos” da informação contábil?

Como podemos beneficiar a sociedade e os gestores?

Se não construirmos claramente essa Informação dentre os profissionais, como convencer os tomadores de decisão sobre a necessidade de estruturar o sistema Contábil?

7 Outros padrões internacionais de contabilidade

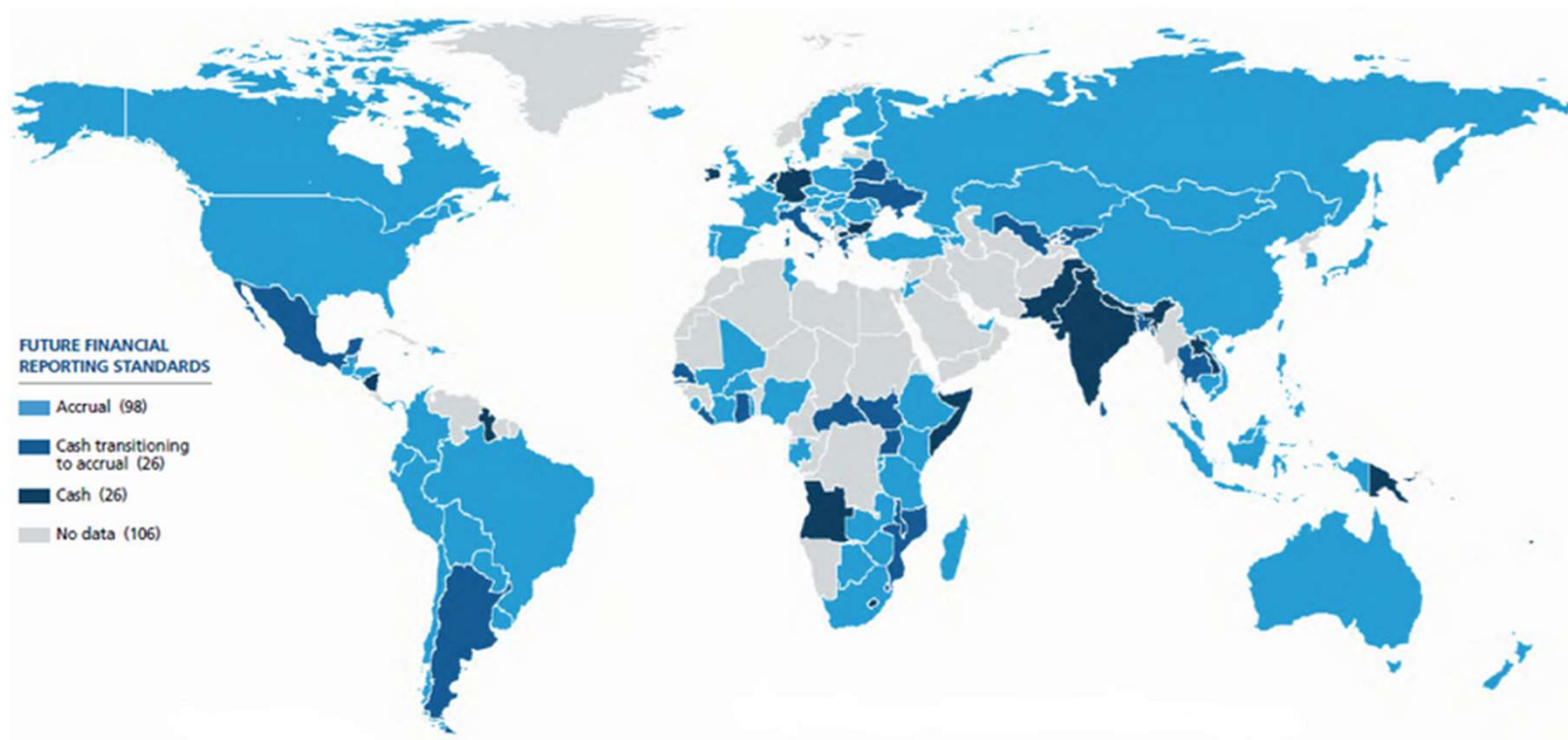
IPSAS



<https://www.ifac.org/what-we-do/global-impact-map/adoption-status?report-type=international-public-sector-accounting-standards>

7 Outros padrões internacionais de contabilidade

IPSAS



By 2023 65% of Governments will Report on Accrual

53

<https://www.ifac.org/knowledge-gateway/supporting-international-standards/discussion/international-public-sector-financial-accountability-index>

Outros padrões internacionais de contabilidade

IPSAS

Tabela 2. Internacionalização contábil na América Latina

País	Data do Início do processo (decisão)	Early/Later adopters (2008)	Data da primeira norma publicada	Prazos de adoção	Tipo de adoção	Delimitação	Classificação IFAC
Guatemala	1997	<i>Early</i>	2019	Gradual	Indireto	Governos Locais não obrigados	Adotante
Peru	2002	<i>Early</i>	2002	Gradual	Direto	Total	Adotante
Uruguai	2002	<i>Early</i>	2002	Gradual	Direto	Total	Adotante
Colômbia	2004	<i>Early</i>	2007	Universal	Indireto	Total	Parcial
Honduras	2004	<i>Early</i>	2014	Gradual	Direto	Total	Adotante
México	2004	<i>Early</i>	2008	Gradual	Indireto	Total	Parcial
Brasil	2005	<i>Early</i>	2008	Universal, depois mudou para gradual	Indireto	Prazos longos para Governos Locais	Parcial
Costa Rica	2007	<i>Early</i>	2007	Gradual	Direto	Prazos longos para Governos Locais	Parcial
Argentina	2008	<i>Later</i>	2008	Gradual	Indireto	Voluntário	Não adotante
República Dominicana	2009	<i>Later</i>	2009	NA	Direto	Total	Adotante
Chile	2011	<i>Later</i>	2015	Gradual	Indireto	Governo Central	Parcial
Venezuela	2011	<i>Later</i>	2011	Gradual	Indireto	Gradual	NA
El Salvador	2014	<i>Later</i>	2016	Gradual	Direto	Governo Central	Não adotante
Equador	2014	<i>Later</i>	2019	Gradual	Indireto	Total	Adotante
Nicarágua	2014	<i>Later</i>	2014	Gradual	Indireto	Total	Não adotante
Panamá	2014	<i>Later</i>	2014	Universal	Direto	Total	Adotante
Paraguai	2015	<i>Later</i>	2015	Gradual	Indireto	Total	Não adotante

Fonte: Elaborada pela autora com base nas informações obtidas da revisão documental.

7 Outros padrões internacionais de contabilidade

EPSAS

O processo começou com uma consulta pública sobre a adequação das IPSAS. **A principal conclusão foi que as IPSAS**, tal como se encontravam na altura, **eram consideradas** pela maioria dos Estados-Membros da UE como **inadequadas para implementação na EU**... Com base nisso, **a CE decidiu que o caminho correto a seguir era desenvolver um novo conjunto de normas europeias**, apesar de ter adotado as IPSAS para seu próprio relato financeiro (...) ao mesmo tempo, dois estudos (EY, 2012; PwC, 2014) confirmaram a alta **heterogeneidade da contabilidade do setor público nos países membros** e a variação considerável em sua maturidade contábil em comparação com as IPSAS.

Cohen, S., Manes Rossi, F., & Brusca, I. (2021). Public sector accounting harmonization in the European Union through the lens of the garbage can model. *Financial Accountability & Management*, 39(3), 471–492. <https://doi.org/10.1111/faam.12348>

7 Outros padrões internacionais de contabilidade

EPSAS

- Pressões internacionais por padronização (FMI, Nações Unidas, OECD, Banco Mundial, IPSASB, Big Four, Accountancy Europe)
- Resistência (inicial) às IPSAS
- Busca por um padrão contábil próprio (EPSAS)
- Divergências quanto ao escopo do que seriam as EPSAS (principalmente: regras fiscais e processo orçamentário local por regime de caixa, e foco em padrões de contabilidade financeira)
- Desalinhamento com o framework “six pack” de 2011 – pacote de governança econômica (harmonização orçamentária e fiscal)
- Dificuldades na adoção *top-down* padronizado na Europa – contextos distintos do ambiente local entre os países.

Natalizi, D. (2022). Public sector accounting contexts in the EPSAS change: A comparative study of Italy and Sweden. *International Review of Administrative Sciences*, 88(1), 205–224. <https://doi.org/10.1177/0020852319894680>

<https://ec.europa.eu/eurostat/documents/9101903/9700113/Updated-accounting-maturities-and-EPSAS-implementation-cost-June+2020.pdf>

7 Outros padrões internacionais de contabilidade

Modelo Americano: GASB e FASAB



<https://www.gasb.org>

GASB: O Conselho de Normas Contábeis Governamentais (GASB) emite padrões que se aplicam aos governos estaduais e locais.

Produtos:

- **Statements of Governmental Accounting (101) Standards Concepts Statements**
- **GASB Interpretations**
- **GASB Technical Bulletins**
- **GASB Implementation Guides**

Ex. **Statement 51** - Accounting and Financial Reporting for Intangible Assets

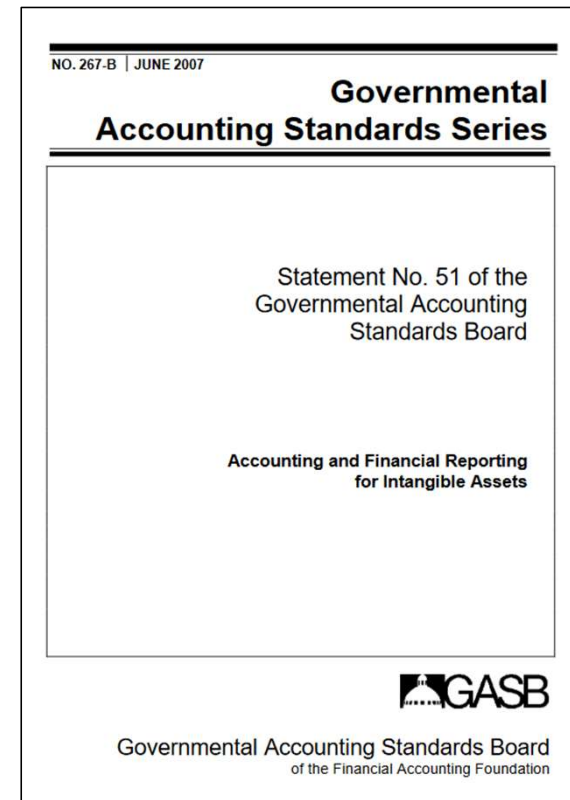
Statement No. 51

Accounting and Financial Reporting for Intangible Assets

Effective Date: For periods beginning after June 15, 2009

(Issued 06/07)

[\[Full Text\]](#) [\[Summary\]](#) [\[Status\]](#)



7 Outros padrões internacionais de contabilidade

Modelo Americano: GASB e FASAB

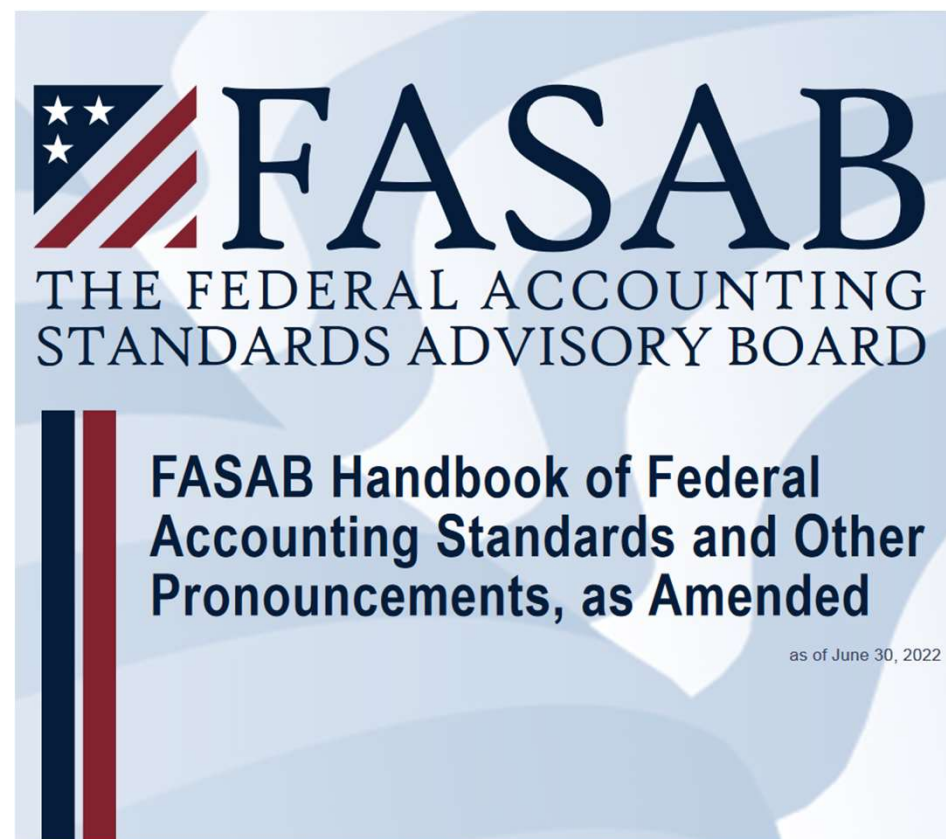


<https://fasab.gov>

FASAB: O Conselho Consultivo de Normas Contábeis Federais emite padrões que se aplicam para entidades públicas federais.

Produtos:

- Standards & Guidance
- SAFFAC - Statements of Federal Financial Accounting Concepts



https://files.fasab.gov/pdf/files/2022_%20FASAB_%20Handbook.pdf

8 Desafios e pontos de atenção

“Era da automatização” das prestações de contas

Tribunais de Contas



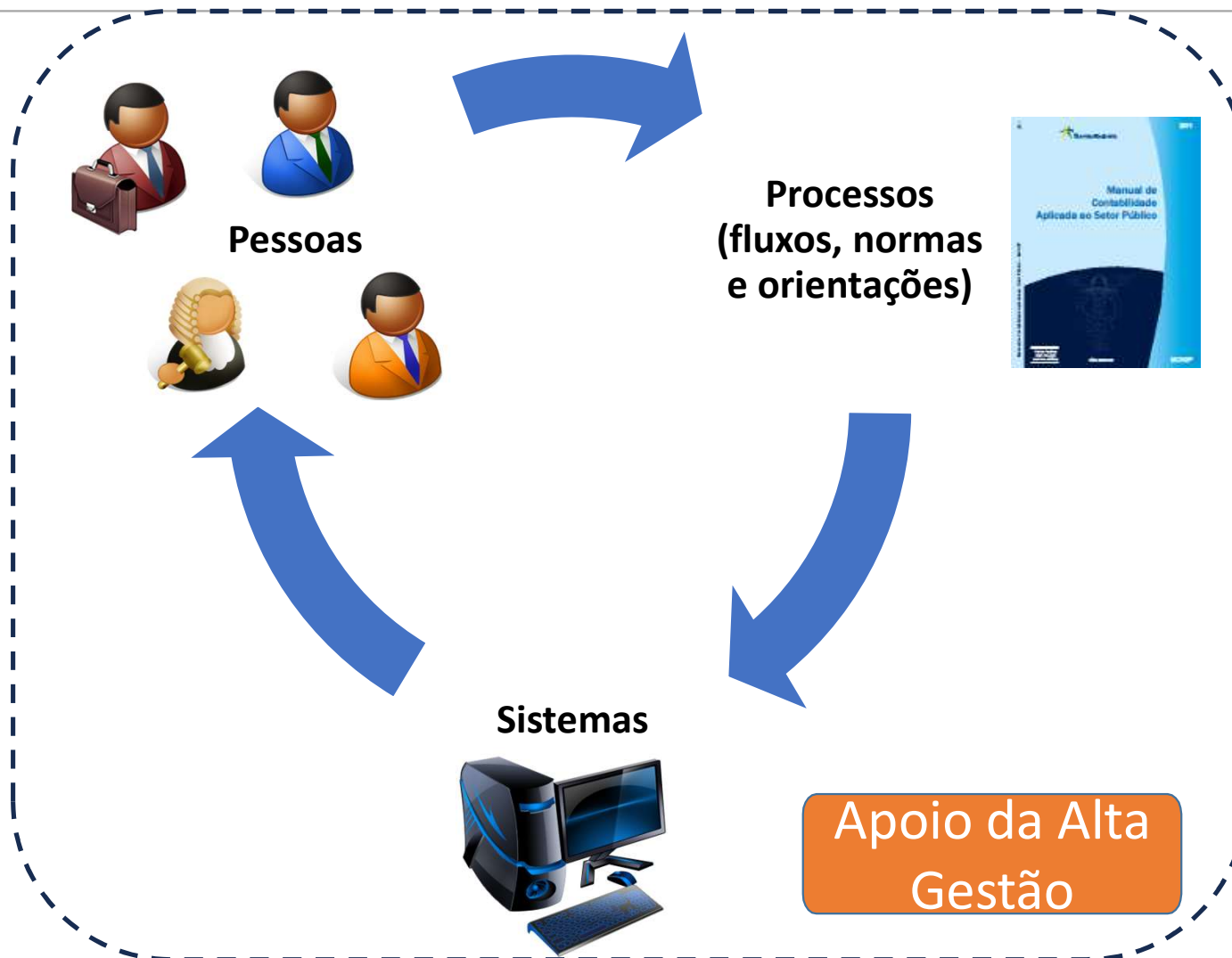
Prestação de contas federais



8

Desafios e pontos de atenção

Pilares da CASP



8 Desafios e pontos de atenção

“Nova” lei de finanças

TÍTULO I	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
TÍTULO II	DO PLANEJAMENTO
TÍTULO III	DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO
TÍTULO IV	DA EXECUÇÃO
TÍTULO V	DOS CLASSIFICADORES ORÇAMENTÁRIOS
TÍTULO VI	DOS FUNDOS PÚBLICOS
TÍTULO VII	DA CONTABILIDADE
TÍTULO VIII	DO CONTROLE, DOS CUSTOS E DA AVALIAÇÃO
TÍTULO IX	DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS



Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2009 (Complementar)

(LEI DA QUALIDADE FISCAL – AGENDA BRASIL 2015)

Autoria: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)

Nº na Câmara dos Deputados: PLP 295/2016

Assunto: Econômico – Fiscalização e controle.

Natureza: Norma Geral



PLP 295/2016 | Inteiro teor

Projeto de Lei Complementar

Situação: Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA

Origem: PLS 229/2009

Acessóri de:



Identificação da Proposição

Autor

Senado Federal - Tasso Jereissati - PSDB/CE

Apresentação

21/06/2016

Ementa

Estabelece, com amparo nos arts. 163 e 165, § 9º, da Constituição Federal, normas gerais sobre planejamento, orçamento, fundos, contabilidade, controle e avaliação na administração pública; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e revoga a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

8 Desafios e pontos de atenção

Reflexão: Papel e atuação do profissional de contabilidade



Resigned

Não percebem a relevância da agenda de mudanças; conflito entre as atividades necessárias e o que se faz; priorização de compliance mínimo. Qualidade e acurácia da Informação não é uma preocupação.



Stewardship

Consegue ver a “big picture”, comportamento resignado; não percebe a relevância nas mudanças; atua como guardião das instituições orçamentárias e contabilidade para controle fiscal. Qualidade e acurácia da Informação não é uma preocupação.



Visionary

Busca transformação e canalizar capital político e ganho de legitimidade; reconhece a relevância das mudanças e atua para sua implementação; realista visão sobre as motivações das mudanças.

2023

42º CONGRESSO DA
ACOPESP



FEA-RP
FACULDADE DE ECONOMIA,
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DE RIBEIRÃO PRETO - USP

Convergência contábil no Brasil e próximos passos

Ricardo Rocha de Azevedo
Universidade de São Paulo
ricardo.azevedo@usp.br